ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA, 29/JUNHO/2012

------ Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

------ **1** – **Discussão e aprovação de Atas:** ----------

------ 1.1 – Ata da 1ª Sessão Ordinária de 24 de fevereiro e 5 de março de 2012; --------

------ 1.2 – Ata da 1ª Sessão Extraordinária de 15 de março de 2012; ----------

------ **2 – Período de Antes da Ordem do Dia;** ----------

------ **3 – Período da Ordem do Dia:** ----------

------ 3.1 – Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município; ----------

------ 3.2 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para representar a Assembleia Municipal no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; ----------

------ 3.3 – Considerações sobre a aplicabilidade do Decreto-lei nº22/2012 de 30 de maio, no concelho de Águeda; ----------

------ 3.4 – Balanço de 2011 do Sistema de Gestão Integrado, para conhecimento; ------

------ 3.5 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal do Código Regulamentar do Município de Águeda; ----------

------ 3.6 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal excecional para 6 lugares de Assistente Operacional. ----------

------ A Sessão foi Presidida pelo Senhor **ANTÓNIO CELESTINO PEREIRA ALMEIDA**, Presidente da Mesa de Assembleia Municipal e Secretariada pelas Senhoras **Marlene Domingues Gaio** e **Carla Eliana da Costa Tavares**. ----------

------ Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,** declarou aberta a Sessão pelas 21 horas, tendo cumprimentado os Deputados da Assembleia Municipal, o Executivo, a Comunicação Social e o Público presente. ----------

------ **À Sessão Ordinária compareceram os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:** ----------

------ António Celestino de Almeida – PS; ----------
------ Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva – PSD; ----------
------ José Carlos Raposo Marques Vidal – PS; ----------
------ Paulo Manuel Matos Soares – PSD; ----------
------ Carlos Alberto Baptista Guerra – PS; ----------
------ Daniela Carina Alves Mendes – PS; ----------
------ Joana Cristina Correia dos Santos – PSD; ----------
------ Tiago André da Costa Soares – PS; ----------
------ Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD; ----------
------ António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP; ----------
------ Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; ----------
------ Sandra Raquel Domingues de Oliveira – PSD; ----------
------ Elisa Maria Pires de Almeida – PS; ----------
------ Carla Eliana da Costa Tavares – PS; ----------
------ Marlene Domingues Gaio – PSD; ----------
------ António Jorge Pereira de Oliveira – PS; ----------
------ José Manuel Gomes de Oliveira – PSD; ----------
------ Dália Maria Silva Santos Costa – PS; ----------
------ Alberto José Fernandes Marques – PSD; ----------
------ Casimiro Agnelo Oliveira Pinto – PS; ----------
------ **Compareceram igualmente à Sessão Ordinária os seguintes Presidentes das Juntas de Freguesia (PJF):** ----------
------ Ana Maria Marques Ferreira, em substituição do – PJF de Agadão; ----------
------ Rui Pedro Pinho Carvalho – Ind. – PJF de Aguada de Baixo; ----------
------ Heitor Pereira Abrantes Garruço – PSD – PJF de Aguada de Cima; ----------
------ Manuel Rés, em substituição do – PJF de Águeda; ----------
------- Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD – PJF de Barrô; ----------
------ Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PSD – PJF de Belazaima-do-Chão; ----------
------ Jorge da Silva Mendes – PS – PJF da Borralha; ----------
------ Victor Manuel Abrantes da Silva – PSD – PJF de Castanheira do Vouga; ----------
------- Manuel de Almeida Campos – Ind. – PJF de Espinhel; ----------
------ Carlos Guilherme Silva Nolasco – PSD – PJF de Fermentelos; ----------
------- Alcides de Jesus – PSD – PJF de Lamas do Vouga; ----------
------ Pedro Daniel Henriques Rodrigues – Plenário – PJF de Macieira de Alcoba; -------
------ Armando Paulo Almeida Galhano – PSD – PJF de Macinhata do Vouga; ----------
------ Fernando Tavares Pires – PSD – PJF de Óis da Ribeira; ----------

------ Pedro António Machado Vidal – CDS-PP – PJF de Préstimo;-- ----------
------ Vítor Sérgio Batista Figueiredo, em substituição do PJF de Recardães; ----------
------- Manuel Oliveira Duarte – CDS-PP – PJF de Segadães; ----------
------- Mário Ramos Martins – PS – PJF de Travassô; ----------
------- Carlos Alberto Ferreira da Silva – CDS-PP – PJF de Trofa; ----------
------- José Henrique Vidal Martins, em substituição do PJF de Valongo do Vouga. ------
------- **Da Câmara Municipal de Águeda estiveram presentes os seguintes Membros:** ----------
------ Gil Nadais Resende da Fonseca – PS – Presidente; ----------
------ Jorge Henrique Fernandes de Almeida – PS – Vereador e Vice-presidente; --------
------ Elsa Margarida de Melo Corga – PS – Vereadora; ----------
------ Carla Jacinta Garruço de Almeida – PSD – Vereadora; ----------
------ João Carlos Gomes Clemente – PS – Vereador; ----------
------ Manuel Correia Marques – PSD – Vereador. ----------
------ **Não comparecem à Sessão os seguintes Deputados da Assembleia Municipal, que apresentaram Justificação de Falta e pedido de substituição**: ------
------ António Farias dos Santos – PSD – PJF de Agadão; ----------
------ Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PJF de Águeda; ----------
------ Pedro Alexandre de Almeida Gomes – PSD – PJF de Recardães; ----------
------ Carlos Alberto Carneiro Pereira – PSD – PJF de Valongo do Vouga. ----------
------ De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu conhecimento dos pedidos de substituição e justificação de ausência para a Sessão, apresentados pelos seguintes Deputados Municipais: ----------
------ **Eunice Pereira dos Santos Rodrigues Neto – CDS-PP**: ----------
------ "Por motivos de saúde, cabe-me pedir a V/ Ex.cia se digne conceder-me ausência de funções da Assembleia a que V/ Ex.cia preside, por um período de tempo de 60 dias." ----------
------ De imediato, o Senhor Presidente da Mesa, colocou o pedido a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar o pedido apresentado de ausência de funções da Assembleia por um período de 60 dias. --------
------ A Deputada Eunice Pereira dos Santos Rodrigues Neto foi substituída pela Deputada Carla Sofia Pires Leitão. ----------
------ **António Farias dos Santos – PSD – PJF de Agadão:** ----------
------ "Serve o presente para comunicar a V/ Ex.cia que por motivos pessoais não me será possível participar na próxima reunião da Assembleia dia 29. Nesse sentido enviarei em meu lugar Ana Maria Marques Ferreira Tesoureira desta Freguesia." -------

------ **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PJF de Águeda:** ----------
------ Vimos por este meio informar V/ Ex.cia que, em virtude da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Águeda decorrer à mesma hora da 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, estará presente na reunião da Assembleia Municipal, em substituição do Sr. Presidente, o Sr. Eng.º Manuel Rés, Tesoureiro desta Freguesia." ----------
------ **Pedro Alexandre de Almeida Gomes – PSD – PJF de Recardães:** ----------
------ "Por motivos profissionais não me é possível estar presente na sessão de Assembleia Municipal do próximo dia 29 de Junho, pelo que peço a minha substituição pelo secretário desta Autarquia, Vítor Sérgio Batista Figueiredo." ----------
------ **Carlos Alberto Carneiro Pereira – PSD – PJF de Valongo do Vouga:** ----------
------ "Venho por este meio, informar V/ Ex.cia de que, por motivos profissionais não poderei estar presente da 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda a realizar hoje nos Paços do Concelho. Desta forma, irei fazer-me representar pelo secretário desta Autarquia, José Henrique Vidal Martins." ----------
---------- **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ATAS** ----------
------ De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou à discussão e aprovação das atas das Sessões anteriores: ----------
------ 1.1 – Ata da 1ª Sessão Ordinária de 24 de fevereiro e 5 de março de 2012; --------
------ Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Maioria, com uma abstenção, deliberou aprovar a Ata da 1ª Sessão Ordinária de 24 de fevereiro e 5 de março de 2012; ----------
------ 1.2 – Ata da 1ª Sessão Extraordinária de 15 de março de 2012; ----------
------ Neste ponto foi feita a seguinte intervenção que se transcreve na íntegra: ----------
------ **António Manuel Fernandes Martins** – CDS-PP; ----------
------ "Da leitura da ata, resultam alguns parágrafos que não fazem grande sentido. Não estou a acusar ninguém, porque a redação é feita a partir da gravação. Mas, parece-me que, às vezes, haverá pouco cuidado em verificar se tem sentido ou não aquilo que está escrito. O que eu queria pedir, não estando contra a ata, como é óbvio, porque ela não diz nada de anormal, era pedir mais algum cuidado na leitura e no sentido dos parágrafos." ----------
------ Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Maioria, com uma abstenção, deliberou aprovar a Ata da 1ª Sessão Extraordinária de 15 de março de 2012. ----------

---------- **CORRESPONDÊNCIA** ----------

------ De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência e informações dirigidas à Assembleia Municipal que a seguir se enumeram, as quais ficaram disponíveis para consulta pelos Senhores Deputados Municipais. ----------

------ **Câmara Municipal de Águeda,** dando conhecimento da distinção da empresa aguedense, *Marques, SA*, com o Prémio "PME Internacionalização 2012"; ----------

------ **Câmara Municipal de Águeda,** dando conhecimento que a empresa *Joartes, the printing lab – Artes Gráficas*, foi distinguida com seis prémios no concurso Papies, organizado pela revista Papel; ----------

------ **Associação Nacional de Municípios Portugueses**, informa que o XX Congresso da ANMP, será realizado no dia 29 de setembro, no Centro Nacional de Exposições, em Santarém; ----------

------ **Conselho Municipal de Educação**, informa que reuniu no dia 7 de maio; ----------

------ **Movimento sem Emprego**, informa que a primeira manifestação de desempregados em Portugal, será no dia 30 de julho de 2012; ----------

------ **Câmara Municipal de Águeda,** dá conhecimento do relatório de auditoria da Inspeção-geral das Finanças; ----------

------ **Assembleia Municipal da Mealhada**, informação da aprovação de uma Moção sobre a Reforma da Administração Local, da qual foi lida a seguinte súmula: ----------

------ "1. Lamenta e expressa a sua discordância pela aprovação da proposta de lei (....). ----------

------ 2. Informa desde já da sua indisponibilidade para vir a indicar freguesias a extinguir/agregar (…). ----------

------ 3. Saúda todos/as os que se têm envolvido no necessário combate contra o ataque ao poder local (…). ----------

------ 4. Exorta a ANAFRE e a ANMP a não pactuarem com este processo (…). ----------

------ 5. Reivindica do Presidente da República a não promulgação da lei aprovada (…). ----------

------ 6. Apela a todos/as, autarcas, trabalhadores das autarquias, movimento associativo, população em geral para o prosseguimento de ações e da luta contra a extinção de freguesias (…)." ----------

------ **Assembleia de Freguesia da Trofa,** parecer da Assembleia relativo á Reorganização Administrativa; ----------

------ **CDS-PP:** ----------

------ "Para conhecimento de V/ Ex.^{cia} e da Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do CDS-PP toma a liberdade de enviar a V/ Ex.^{cia} documento elaborado na sequência de

reunião da Comissão Politica Concelhia do CDS-PP com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.” ----------

------ Deu também conhecimento da missiva do Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para introdução de um assunto urgente na Ordem de Trabalhos, que se transcreve na íntegra: ----------

------ “Assunto: Introdução de assunto urgente ----------

------ Conforme o artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação e outros, está sujeita à autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da Administração Local. ----------

------ O decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, que entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, veio estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. Neste sentido, é urgente a submissão da listagem das obrigações de pagamento a terceiros que ocorreram no presente ou que se prevê ocorrerem num futuro próximo, para que se possa cumprir com os requisitos legais. ---

------ Face ao exposto, solicito a V/ Ex.cia. que, nos termos da parte final do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, submeto à deliberação da Assembleia Municipal de Águeda o seguinte assunto: ----------

------ **1. Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais**.” ----------

------ O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou aprovar por Maioria de 2/3 dos membros presentes (27 votos a favor, 7 abstenções, 2 votos contra), a introdução do ponto 3.7, assim constituído: ----------

------ 3.7 Autorização Prévia para Assunção de compromissos plurianuais. ----------

---------- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

------ De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao Período de Intervenção do Público, informando que a Mesa, para o efeito, não tinha recebido qualquer inscrição para intervir. ----------

---------- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

------ Neste Período de Antes da Ordem do Dia intervieram os seguintes Deputados da Assembleia Municipal de Águeda, intervenções que se transcrevem: ----------

------ **António Manuel Fernandes Martins – CDS:** ----------

------- “Eu não sei se o Senhor Presidente da Mesa quereria que eu, no seguimento da minha intervenção, desse também seguimento à carta que o Senhor recebeu do CDS

relativamente ao ponto do Hospital. ----------
------ Então, anteriormente, iria abordar duas questões e uma delas tem a ver com a última Assembleia. Sei que o Senhor Presidente é soberano, tem a sua própria personalidade e a sua maneira de ser, mas acho que há coisas que foram excedidas nesta sala. Não foram excedidas por ignorância, porque as pessoas foram avisadas, foram excedidas por má educação. ----------
------ Penso que o Senhor Presidente não deve, não pode, nem tem no futuro que tolerar situações idênticas, porque aquilo que se passou aqui foi de agressão verbal aos Membros desta Assembleia, que são Membros Democraticamente Eleitos. Não é admissível que isso tenha acontecido e também se verifica que, às vezes, a convivência do público com os Deputados Municipais dá uma espécie de mau resultado, particularmente em situações de manipulação. E eu digo em situações de manipulação, porque algumas das pessoas que estavam aqui, estavam claramente manipuladas e a intervenção de alguns Senhores Deputados desta Assembleia, a seguir demonstraram claramente isso. ----------
------ Há limites para tudo nesta vida e as pessoas têm que ser responsáveis, muito particularmente quando representam o povo que os elegeu numa Assembleia Municipal e vir aqui a este lugar dizer que se vai com bandeiras e cartazes resolver problemas que são extremamente sérios, quando nos tempos que correm toda a gente sabe que nada se resolve, infelizmente, com bandeiras e cartazes e hoje temos mais um exemplo de bandeiras e cartazes na receção ao Senhor Ministro da Economia. -----
------ Hoje, eu vi mais uma vez num jornal local, alguém que quer tocar sinos a rebate, eu não sei se é especialmente algum sino, se porventura os sinos todos da paróquia. -
------ Era bom e assumo a responsabilidade daquilo que vou dizer, que alguém que fala demais se calasse e que era bom que cada um de nós fizesse pressão sobre os respetivos blocos Políticos para que a coisa se resolva sem grande espalhafato, porque não vamos lá de outra maneira, não vale a pena perdermos a cabeça e as estribeiras, não vale a pena escrevermos muito, porque isto é uma decisão política que vai ser resolvida se tivermos capacidade política de influenciar. Temos tido pouca, todos nós reconhecemos. É altura de bater com o pé no chão e, se calhar, é altura de cada um de nós, ou todos em conjunto, tomarmos as decisões necessárias para que, com justiça e com rigor, não pedindo aquilo que sabemos que não vamos poder ter, mas com justiça, com rigor e seriedade, peçamos aquilo que é justo, correto e que é exequível que nos dêem. ----------
------ Portanto, quer o PSD, quer o CDS, quer o PS, que eu ainda não vi ninguém do PS referir que alguém a nível superior estava a intervir nesta matéria, é bom que todos

nós tenhamos alguma coragem de deixar de falar tanto e agir mais. ---------- No futuro, o assunto não está fechado, vêm aí novas decisões e a outros níveis que já não a estes, é bom que todos nós rapidamente, da forma mais prática que consigamos encontrar nos reunamos, geremos consenso e façamos pressão para que as coisas não acabem da forma como nós não queremos que acabem. ---------- Agora, repito que não é com bandeiras e cartazes que vamos resolver o problema, antes pelo contrário, provavelmente só vamos prejudicar muitos daqueles que seguramente iriam atrás de nós, uns por convição, outros por interesse. ---------- Eu queria também, muito rapidamente, dar uma resposta ao Dr. Alberto Marques. Há um espaço na Internet que é chamado "Assembleia Paralela", onde há alguns colegas, a nível do facebook, que se reúnem de vez em quando para fazer alguns comentários sobre estas Assembleias e fazer alguma tertúlia pessoal sobre as situações políticas que aqui se vão passando e algumas opiniões, por vezes, do contraditório também, que se geram lá. ---------- Há uns tempos atrás, o Dr. Alberto Marques questionou-me, porque estava muito espantado da decisão e da atitude que eu tomei relativamente à Assembleia onde foi decidida a questão das Águas do Carvoeiro. Porque é que eu tinha saído e porque é que não tinha votado? Eu prometi-lhe que, em sede de Assembleia Municipal, explicaria perante todos porque é que eu saí desta sala. ---------- Vou explicar ao Dr. Alberto Marques: Como o Doutor Alberto Marques sabe, a Comissão fez o trabalho possível. Primeiro fez um mau trabalho, fez depois um trabalho que eu reputo de razoável. Deu conhecimento e deixou ao critério de cada um, efetivamente, em consciência de decidir aquilo que era mais correto. Acho que é uma atitude que a Comissão deveria ter tomado e tomou, porque é formada por vários quadrantes políticos e não podemos influenciar cada um dos que aqui está dentro, porque as pessoas têm que ser responsáveis. ---------- Como o Dr. Alberto Marques sabe, houve um conjunto de posições tomadas pelos membros da Comissão, que foram claramente de encontro com aquilo que era o que estava expresso no relatório. Portanto, por ai eu começo o meu primeiro protesto. Presumo que o Dr. Alberto Marques sabe, que houve pressão e influência sobre uma Comissão da Assembleia Municipal, que deve ser isenta, para que mudasse decisões e tomasse atitudes. ---------- Eu tenho que falar nas pessoas, porque também tenho que assumir o ónus daquilo que estou a dizer. ---------- Por parte da Dr.ª Paula Cardoso e por parte do Engenheiro Ribau Esteves, foram feitos contatos com a Comissão, que eu considero inadmissíveis e inaceitáveis. O que

foi dito não sei, nem me interessa, sei que foi feita alguma pressão sobre a Comissão e eu não admito em Comissões onde eu esteja, que essa Comissão seja pressionada, porque a Comissão é da Assembleia Municipal. A Comissão não faz nada mais do que investigar, concluir, escrever e pára por aí. Sempre foi assim em todas as comissões em que eu estive. Eu penso que as Comissões desta Assembleia têm que ser perfeitamente isentas no trabalho que fazem e prestam à Assembleia Municipal. ----------
Portanto, não podem, nem devem ser pressionadas, de qualquer modo, nem de qualquer quadrante, seja ele quem for. Aliás, se alguém tinha que alterar a situação era o Senhor Presidente da Câmara, porque foi ele que apresentou a proposta. E o Senhor Presidente da Câmara, com quem também devem ter falado, sensatamente, presumo eu, ou não, retirou a proposta porque, de facto, causava algum temor que a proposta fosse aprovada. ----------
Segunda questão, eu entendi, pessoalmente, protestar saindo desta sala. ----------
Terceira questão, é que conclui politicamente que o Senhor Presidente da Câmara, na minha opinião, andou muito mal, porque o Senhor Presidente da Câmara não tinha nenhuma estratégia de recurso se esta proposta fosse aprovada, nem nunca explicou a esta Assembleia se a proposta fosse chumbada e deveria ter feito isso, porque o Senhor Presidente da Câmara sabe quais são as consequências e sabe perfeitamente qual é a dimensão de uma negação de uma proposta destas. A terceira questão é que eu entendi protestar. ----------
Portanto, estas foram as três questões fundamentais que me fizeram sair da sala para fazer notar e ainda há uma quarta questão, que é importante: é de que eu reconheci que a proposta que ia ser votada nesta sala ia ser votada em completa ignorância, porque seguramente ninguém teria lido aquilo que a Comissão escreveu. Isso, para além de uma falta de respeito, é de uma irresponsabilidade completa. ----------
Portanto, é inadmissível que uma Comissão proponha à Assembleia um conjunto de conclusões e a Assembleia lhe põe o pé em cima e depois vota como bem lhe apetece e muito bem parece. ----------
Portanto, eu quis fazer sentir a esta Assembleia que, em primeiro lugar deve ser responsável, em segundo lugar respeitar as Comissões e o trabalho das Comissões e em terceiro lugar fazer notar que nesta Assembleia nunca mais, em situação alguma, nenhuma Comissão deve ser pressionada, ninguém deve contatar com a Comissão para coisa nenhuma, porque a Comissão só faz aquilo que a Assembleia lhe pede. A Comissão passa o trabalho e a partir daí somos todos independentes politicamente nesta sala. ----------
Portanto, Dr. Alberto Marques, se calhar, posso ter agido mal na sua consciência,

mas foram estes os motivos fundamentais e básicos porque eu quis sair sem votar, para fazer sentir às pessoas que alguma coisa estava mal. Porventura, se calhar, não consegui, mas espero que alguém no futuro, com aquilo que eu estou a dizer agora, venha a refletir-se e a comportar-se de outra maneira. ----------

------ Relativamente ao assunto do Hospital, no dia em que o Conselho Administrativo reuniu com a Comissão de Saúde desta Assembleia e com o Senhor Presidente da Câmara, o CDS reuniu, da parte da tarde, também com o Senhor Presidente do Conselho de Administração e com o Dr. Paulo Ferreira. ----------

------ Tivemos uma conversa de cerca de três horas, onde questionámos um diverso tipo de situações e daí extraímos um documento com conclusões que para evitar mal entendidos, tivemos o cuidado de mandar aquilo que aqui está ao Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, Dr. José Afonso, que ratificou em completo que aquilo que aqui foi, efetivamente, aquilo que conversámos e as conclusões são, efetivamente, aquelas que resultaram da discussão que tivemos. Passo a ler: ----------

------ **Informações colhidas na audiência de 13 de Junho com CA-CHBV**. ----------

------ No dia 13 de Junho a Concelhia do CDS-PP, representada pelo seu Presidente Dr. Miguel de Oliveira e pelo deputado municipal Prof. António Martins, reuniu em Águeda com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CA-CHBV), representado pelo seu Presidente Dr. José Afonso e pelo Director Clínico Dr. Paulo Ferreira. ----------

------ A reunião foi pedida pelo CDS-PP com o fim de obter esclarecimentos e informar as populações sobre o futuro do Hospital Distrital de Águeda (HDA) no seio do CHBV, nomeadamente no que respeita às urgências, às valências, aos meios complementares de diagnóstico e tratamento (MCDT), aos recursos humanos, aos equipamentos e às obras necessárias para assegurar serviços de saúde com qualidade e dimensão adequada às necessidades da população servida pelo Hospital de Águeda.

------ Não dispondo de informação direta da tutela sobre este assunto, apesar de há mais de 2 meses aguardar resposta do Sr. Ministro da Saúde a questões concretas sobre o futuro do HDA, colocadas pelos deputados do CDS-PP eleitos por Aveiro, na preparação desta reunião o CDS-PP teve em consideração as informações prestadas pelo executivo da Câmara de Águeda, os discursos e entrevistas do Sr. Presidente do CA-CHBV, bem como as informações, legislação e propostas mencionadas nos seguintes documentos: ----------

------ Parecer sobre a Rede Nacional de Urgência e Emergência, de 07/2011 (GTRH); ----

------ Relatório Final do Grupo Técnico para a Reforma Hospitalar, de 08/2011 (GTRH); -

------ Parecer sobre as Redes de Referenciação Hospitalar, de 04/2010 (ERS); ----------
------ Equidade e Acesso aos Serviços de Saúde, de 01/2012 (PNS 2012-2016); ----------
------ Qualidade em Saúde, de 01/2012 (PNS 2012-2016); ----------
------ Estudo de Avaliação dos Centros Hospitalares, de 02/2012 (ERS); ----------
------ Estudo para a Carta Hospitalar, de 04/2012 (ERS). ----------
------ O último estudo, que é o mais recente, o mais específico em relação à temática da reunião e está em discussão pública, foi tomado como referência, pese embora o conhecimento de que o Sr. Ministro da Saúde o considera insuficiente. ----------
------ **Serviços Prestados pelo HDA** ----------
------ O CA-CHBV assegurou que o Hospital Distrital de Águeda (HDA) não vai perder o Serviço de Urgência Básica (SUB) nem os MCDT essenciais ao apoio a este serviço, às cirurgias programadas e aos internamentos; ----------
------ Terá SUB a funcionarem permanência, sem interrupção noturna; ----------
------ Não verá os blocos operatórios encerrados e substituídos por cirurgia de ambulatório; ----------
------ Não perderá o internamento de "agudos"; ----------
------ Não verá reduzido o número de especialidades disponíveis em consulta externa. -
------ Os dois blocos operatórios do HDA vão manter-se em serviço a cirurgias programadas de Ortotraumatologia/Ortopedia, funcionando em zig-zag. O "desfasamento" dos horários dos anestesistas irá potenciar o aumento do número de atos cirúrgicos bem como a possibilidade do seu funcionamento até mais tarde. ----
------ Está a ser equacionada a possibilidade de acrescentar um serviço de cirurgia de ambulatório, que não substituirá a cirurgia programada. ----------
------ O HDA manterá internamento de "agudos", nomeadamente em Medicina Interna (servindo Águeda, Sever do Vouga e Oliveira do Bairro) e Ortopedia (estes concelhos e ainda o de Albergaria-a-Velha). ----------
------ O CA-CHBV admite o crescimento contínuo, desde 1999, do número de atendimentos médios diários no SU do HDA, que em 2011 se terá cifrado num valor superior a 130 casos/dia, dos quais 20 correspondendo a situações de emergência. Porém, salienta a redução significativa da procura desde o início do ano, havendo presentemente cerca de 100 atendimentos/dia. Com base nestes números e no previsível efeito das medidas de racionalização a adotar, nomeadamente em termos de redução de "procura induzida", da "hospitalização domiciliária" e de medidas administrativas destinadas a reduzir falsas urgências, prevê-se que o SUB de Águeda passe a receber entre 80 a 100 urgências/dia. ----------
------ O SUB funcionará em regime de permanência, tal como os correspondentes

MCDT. ----------

------ O quadro de pessoal do SUB será mantido. ----------

------ Será introduzida uma viatura de Suporte Imediato de Vida (SIV) tripulada por um condutor e um enfermeiro, integrado no quadro das Urgências, que funcionará em permanência, assegurando ligações inter-hospitalares. ----------

------ As obras a realizar no SUB do HDA destinam-se a melhorar as condições de conforto e segurança dos utentes, seus acompanhantes *e* dos profissionais de saúde, procurando assegurar condições de dignidade e humanidade que hoje manifestamente não existem. As obras a realizar não se destinam a aumentar a capacidade do SUB. ----------

------ O montante correspondente à comparticipação do QREN nas obras que estavam previstas no SUB do HDA será reprogramado e afectado ao CHBV, podendo uma parte ser aplicada em obras no HDA. ----------

------ Os pisos de internamento serão beneficiados com obras que têm o mesmo objetivo de humanização, prevendo-se uma redução da capacidade de internamento de 110 para 70 camas, procurando-se a reserva de camas que funcionarão em sistema de "cama fria" ou "cama morna". ----------

------ A redução dos tempos de internamento e a introdução de programas de assistência domiciliária, que está dependente da capacidade de mobilização de médicos e enfermeiros para a prestação de cuidados fora do Hospital, tenderá a reduzir a procura dos Serviços de Urgência. ----------

------ Os MCDT não ficarão restritos *à* prestação de apoio ao SUB. A racionalização dos serviços pressupõe a internalização dos MCDT solicitados no âmbito das consultas. Serão mantidos os serviços de colheita e os meios indispensáveis ao SUB, à cirurgia e aos internamentos, nomeadamente serviço de sangue/plasma, não fazendo sentido desperdiçar a capacidade instalada, mas acrescentando o que pode ser feito, com vantagem, recorrendo a equipamentos de química seca, nomeadamente em termos de bioquímica, marcadores cardíacos e INR. As análises serão asseguradas por um técnico em permanência física. ----------

------ Serão transferidos para Aveiro os MCDT que não requeiram resposta urgente e que sejam redundantes no seio do CHBV, nomeadamente despistagem de marcadores tumorais, anticorpos e culturas. O pessoal excedente deverá ser mobilizado para os laboratórios de Aveiro. ----------

------ O HDA manterá as consultas externas existentes e ganhará as de Cardiologia, Psiquiatria, e Nefrologia. ----------

------ O presidente CA-CHBV não se pôde comprometer com disponibilização de

consultas de especialidades mais procuradas e necessárias, como Otorrinolaringologia, Dermato-venereologia e Urologia, visto que a introdução destas especialidades depende fundamentalmente da disponibilidade e mobilidade de médicos que prestam serviço noutros Hospitais do CHBV. ----------

------ As medidas de racionalização a introduzir tenderão a reduzir as necessidades de pessoal administrativo, cuja reafectação/reintegração a outros serviços se espera possa decorrer dentro do diálogo e compreensão possíveis no sentido de minimizar os aspectos negativos decorrentes das alterações inevitáveis neste processo de reestruturação. ----------

------ **Tipologia Hospitalar** ----------

------ No Estudo para a Carta Hospitalar (2012) defende-se que a tipologia das urgências deve corresponder à tipologia dos hospitais. O HDA aparece classificado como hospital geral de 1ª linha, com SUB, o que se afigura coerente. A mesma Carta defende que instituições sem internamento de agudos não devem ser classificadas como hospitais, razão pela qual o Hospital de Anadia é ignorado no estudo. O Parecer sobre a Rede Nacional de Urgência (2011) menciona que o SUB de Águeda "constitui um polo relevante de apoio urgente na respectiva área de influência", deve manter um SUB, mas admite que o possa perder no futuro, a favor do HIDP. Os SUB pressupõem uma população alvo entre 40.000 a 150.000 habitantes, exceto nos casos em que o acesso por via terrestre implique uma demora superior a 30 min. Desde o local da ocorrência até ao SUB, ou de 45 minutos até ao SUMC mais próximo. A Carta também pretende que, sempre que possível, a área de influência primária de cada hospital seja definida tendo por referência os concelhos efectivamente abrangidos pelos serviços. --

------ O CA-CHBV tem uma visão estratégica coincidente com o que se define no Estudo para a Carta Hospitalar, pelo menos no que respeita à Cirurgia Geral. No que se refere à proposta de normalização das tipologias hospitalares, concorda que o HDA é aí definido como Hospital Geral de Primeira Linha, mas mostrou dúvidas quanto ao ajustamento, em termos gerais, da tipologia normalizada à realidade hospitalar concreta. ----------

------ O CA-CHBV concorda que os dados populacionais referidos no Estudo para a Carta Hospitalar de 04/2012 (HIDP=370.384; HDA=60.085; HVS-Estarreja= 118.211) não coincidem com os da área de influência primária dos três hospitais que compõem o CHBV. Referiu no seu discurso de tomada de posse que a área de influência primária do HIDP deve abranger 189.000 habitantes; a do HDA 63.000; a do HVS-Estarreja 38.000. ----------

------ Não obstante, instado a definir a área de influência primária do HDA em termos de concelhos abrangidos, referiu corresponder primordialmente aos concelhos de Águeda (47.729 hab.) e Sever do Vouga (12.365 hab.), embora reconheça os cuidados prestados pelo HDA a freguesias do Concelho de Anadia (Sangalhos, 4.350 hab., e Avelãs de Caminho, 1.250 hab.) e tenha esclarecido que a valência de Medicina Interna também serve Oliveira do Bairro (23.028 hab.) e que Ortotraumatologia/Ortopedia, a principal valência cirúrgica, serve também este concelho e o de Albergaria-a-Velha (25.252 hab.). Assim, os blocos de cirurgia de Águeda servem 116.393 hab., o SUB de Águeda serve uma população mínima de 73.713 hab. e as consultas externas de Águeda servem 60.098 hab. ----------
------ A Portaria n.º 274/2009 de criou o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga l, com sede em Águeda, que íntegra ainda os Concelhos de Anadia, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga, com um total de 125.992 utentes inscritos. ----------
------ Tendo presente estes dados, o CDS-PP questionou se seria desejável que o SUB de Águeda servisse os concelhos de Águeda, Sever do Vouga, parte de Anadia *e* Oliveira do Bairro, numa primeira fase, podendo eventualmente estender o seu serviço a Albergaria-a-Velha e à totalidade de Anadia. ----------
------ Isto permitiria concentrar em Águeda parte das urgências canalizadas directamente para o HIDP, descongestionando-o e contribuindo para a melhoria das condições de acesso das populações servidas directamente pelo hospital de Aveiro, que é o único que dispõe de SUMC no Baixo Vouga. ----------
------ O Director Clínico do CHBV rejeitou a esta visão, salientando as dificuldades de acesso no que respeita ao Concelho de Oliveira do Bairro. Por outro lado, reconhece a exiguidade das instalações actuais do SUB do HDA, considerando que aumentar a sua área de serviço seria contraproducente e afetaria negativamente o serviço prestado pelo SUB do HDA às populações que serve atualmente.” ----------
------ Estas foram genericamente as conclusões que tirámos. ----------
------ Para terminar, apenas queria dar o esclarecimento de que a Carta Hospitalar foi promulgada pelo Senhor Ministro, salvo erro no mês de abril ou maio. Houve alguns indícios durante a conversa, embora não tenha sido dito, que eventualmente alguma coisa estaria a decorrer. Parece que o Senhor Ministro decidiu passar por cima desta Carta Hospitalar que foi feita e atribuir, neste momento, às ARS’s do Centro, do Norte e do Sul, a feitura de uma nova Carta Hospitalar especifica a cada uma das regiões. ---
------ Portanto, Meus Senhores, em termos práticos e a acontecer isto, aquilo que acontece, neste momento, é a ARS do Centro quem tem a batata quente na mão. É a ARS Centro quem terá que ser monitorizada, influenciada e pressionada, para dentro

de critérios corretos, chegar à conclusão daquilo que, efetivamente, deve ser o futuro do Hospital de Águeda. ----------

------ Cada um dos Partidos de *per si* ou todos em conjunto, como cada um dos Partidos entender, acho que é chegada a hora de agora se atuar a sério porque parece que há uma entidade, que essa sim, vai tomar as decisões. Este assunto foi aqui muito acalorado na última seção, entretanto está a esbater-se um bocado e era bom que não o deixássemos cair. ----------

------ Era aqui que eu alertava a Assembleia e o Senhor Presidente, de que com o seu patrocínio ou não, esta Assembleia encontrasse formas rápidas e adequadas de se movimentar no sentido de, neste momento, influenciar decididamente aquilo que pode ser, ou aquilo que deve ser, o futuro do Hospital de Águeda". ----------

------ **Alberto José Fernandes Marques – PSD:** ----------

------ "Eu na altura manifestei algum espanto pela decisão do Professor Martins ter saído da sala no momento da votação de um negócio com águas aprovado nesta Assembleia. Depois do Professor Martins ter feito um discurso bastante coerente desde o começo até ao fim, pareceu-me que era claramente contra aquele negócio, como eu, e no momento da votação acabou por sair e não votar. ----------

------ Se houve pressões de Partidos é provável que tenha havido, eu acredito que sejam legítimos, mas como também houve da Câmara Municipal que também estaria interessada que o negócio avançasse. Eu não fui permeável a essas eventuais pressões. ----------

------ Eu sou do PSD e votei contra, como mais Membros do nosso Grupo votaram contra e a minha opinião sobre este "não assunto", é que se alguém aqui foi permeável, foi o Professor Martins que não votou de acordo com a sua consciência. Eu votei contra." ----------

------- **Jorge da Silva Mendes – PJF da Borralha – PS:** ----------

------- "Referente ao Hospital de Águeda eu continuo a ter a mesma opinião e ao que parece, continuam a tentar segurar os ânimos, mas aquilo é para fechar, se nós não metermos pés ao caminho, é para fechar. ----------

------ Se há alguém que fala demais aqui nesta Assembleia não sou eu, porque eu até venho aqui poucas vezes, uso pouco tempo de antena, só venho cá quando entendo que devo vir, porque não gosto de palavreado fiado e, às vezes, há aqui muito palavreado fiado e poucas ações. ----------

------ Eu sou homem de obras e elas estão aí e podem ver-se, na ajuda pelos outros e na luta pelo Concelho, que me honro de pertencer. Volto a referir que não serei eu que falo demais. As pessoas que falam demais notam-se perfeitamente pelo tempo e o

espaço que ocupam quando vêm aqui, são quase sempre os mesmos.” ----------
------ **José Manuel Gomes de Oliveira – PSD:** ----------
------ “Relativamente às influências que o Professor Martins referiu, do Engenheiro Ribau e da Dr.ª Paula Cardoso, penso que não se estava a dirigir a mim. Em relação a esse aspeto queria esclarecer, que penso que fizemos um bom trabalho, esforçamo-nos por isso e que a votação ficou na consciência de cada um. Não voltei a falar sobre isso depois dessa Assembleia, mas fiz aqui uma pergunta a Senhor Presidente da Câmara de Albergaria, que para mim era fundamental, pedi que me esclarecesse o que é que aconteceria, se a proposta fosse chumbada. Ele foi claro e respondeu que se fosse chumbada, os outros municípios andavam para a frente e Águeda ficaria para trás. Perante isto, a minha responsabilidade, eu não tinha outra alternativa senão votar a favor, porque o Concelho ficava para trás e o que se tem feito, tem sido muito pouco, portanto tive que votar a favor, é essa a minha explicação. Em relação ao trabalho da Comissão, se recebemos ou não influências, o que eu tenho a fazer é ouvir as pessoas, e depois fazer o trabalho que foi feito. Tenho também, que elogiar os outros elementos, o Professor Martins e o Professor Farias, fizemos um excelente trabalho. --
------ Hoje queria falar aqui sobre algumas coisas, nomeadamente do que já falei sobre as Escolas, que é um assunto muito importante. Eu uma vez falei aqui sobre a Escola Fernando Caldeira, que foi um investimento muito grande e penso que é uma Escola para o futuro. ----------
------ A realização não foi com esses parâmetros e hoje eu vinha aqui dizer, depois do que eu já disse, que a realização da obra está muito má. ----------
------ Por isso, hoje iria pedir ao Senhor Presidente da Câmara, se fosse possível, que mandasse elaborar um relatório ténico, por parte de uma equipa ténica da Câmara Municipal, sobre a execução da obra, sobre a qualidade dos materiais empregues na obra, porque isto compromete o futuro do Concelho. Até me alongava mais, não só à Escola Fernando Caldeira, mas também à Escola Marques de Castilho, se fosse possível. ----------
------ Era importante vir esse relatório à Assembleia para todos nós ouvirmos e não ser eu a falar de cor. Para eu não estar sempre a atacar o Senhor Presidente, gostava mais de me fundamentar, sendo com coisas concretas e com outros técnicos, que não eu. ----------
------ Em relação à parte ténica e custa-me até falar aqui sobre isso, não sei se vocês se lembram, mas o PDM esteve suspenso uns 6 meses, em termos de período acabou na prática acabou por ser 9 meses e depois mais com o período todo com a aprovação do PDM, quer dizer que os processos das obras pararam. ----------

------- Quais são as consequências para isso? Eu que trabalho nos projetos, as consequências são muito negativas, porque eu tenho uma equipa que tenho que lhe pagar ao fim do mês e tenho muitas dificuldades. Porquê? Porque as coisas estão todas encravadas e dizem-me que foi do PDM estar parado. Então, mas não há organização para as coisas saírem a tempo? O que é certo é certo é que com isto, foi mais de um ano e nós não conseguimos, em tempo útil, dar informação às pessoas e os nossos trabalhos estão muito debilitados. É uma achega, eu não gosto de falar em assuntos pessoais, mas tive que o fazer porque isto já começa a ser demais. ----------
------ Portanto, acho que tem que haver uma boa vontade e dar seguimento às coisas, para que as coisas andem para a frente, e não é só por minha causa, mas porque a obra sai, o empreiteiro constrói, os materiais vendem-se, etc., e na época que nós estamos a passar, se isso acontecer eu acho que é o mais importante, porque parados já estamos todos nós. Não há explicação nenhuma para isto, há ineficácia de quem governa e de quem está à frente das coisas. ----------
------ Queria também falar um bocadinho sobre o Hospital. Talvez eu tenha umas ideias que não sejam as de 95% das pessoas do Concelho. Eu tenho o direito de me pronunciar, porque também tenho alguma experiência na vida e acho que as minhas ideias também têm que se esplanadas. ----------
------ Quando as pessoas vêm para aqui falar e estão a discutir o Hospital como uma coisa do outro mundo, se viessem aqui pronuncia-se sobre um Hospital novo com todas as condições, isso achava bem. Agora, estarmos a discutir uma casa que não tem futuro e que, mais uma vez, vamos gastar não sei quanto de dinheiro, quando não há condições de futuro. E o que é que se vai fazer? Vai gastar-se mais dinheiro no Hospital e o Senhor Presidente vem logo dizer que a Câmara dá o dinheiro para o Hospital. Mas, porque é que ele não pega no dinheiro, que quanto a mim anda a gastar mal e com mais algum dinheiro, diz ao Governo para apostar num Hospital a sério e com todas as condições. ----------
------ O que é que nós precisamos no Concelho? É arrancar aqui o Largo, que ninguém frequentava e que agora também não frequentam. Mas é isto que se faz aqui no Concelho, quando na realidade o que nós precisamos e que é a coisa que nós mais precisamos de ter no Concelho é um Hospital em condições. ----------
------ Eu não me vou pronunciar mais sobre isto. Esta é a minha opinião. Se a gente tem que gastar dinheiro que seja a fazer uma obra em condições. Não estejam preocupados se é da Misericórdia, eu não quero saber nada disso. Eu quero é que se pegue no dinheiro e se gaste numa obra bem-feita, para que sejamos assistidos convenientemente. Esta é a minha opinião e vocês podem dizer o que quiserem. -------

------ Posso dizer-vos que quando me pedem um projeto de uma casa velha e se vai gastar mais dinheiro, eu digo logo para pararem e fazerem uma casa nova, porque fica mais barata e ficam mais bem servidos. Aqui é o mesmo caso, e não tenho dúvidas nenhumas sobre o que estou a dizer. Não vamos questionar a qualidade dos serviços, vamos questionar sim a qualidade dos equipamentos, do edifício e do futuro daquele edifício. ----------

------ Queria também dizer-vos outra coisa sobre o Hospital. Há anos atrás e num Governo do PSD, ou do Sr. Dr. Durão Barroso, houve a oportunidade de nós termos o Hospital novo. Mas, o que é que aconteceu neste Concelho e com alguns dos que estão aqui e outros que já não estão? Nós tivemos a oportunidade de termos aqui um Hospital novo. Mas o que é que se falou? Falou-se numa incineradora. Então, a maior parte das pessoas vieram dizer: "Então, vamos ter aqui os lixos?" O que é que aconteceu? Nenhum Partido Político me deu apoio a isso. E aconteceu? Não se fez a incineradora. As pessoas iam ter comigo e diziam que íamos ter lixos e aterros, porque não tinham conhecimento do que estavam a falar e falavam de cor. Eu defendia a incineradora nos limites do Concelho. Agora, não temos incineradora mas temos um aterro a céu aberto nos limites do Concelho. ----------

------ O que é que acontece? Temos os lixos mais caros. ----------

------ Nós tivemos a oportunidade de ter o Hospital novo. Defendia o Secretário de Estado e Ambiente, na altura, que servia não só Águeda, mas Sever do Vouga e etc. --

------ Mas, isto passou e agora andamos todos preocupados com o Hospital. Mas, na altura, ninguém se preocupou com o Hospital ou com esse edifício que está ai que, para mim, não tem qualidade nenhuma para se ir gastar mais dinheiro nenhum. Vamos mantê-lo e fazer um novo, isso sim. Vamos continuar com esse serviço e em paralelo fazer um serviço novo e termos um Hospital novo, isso sim. ----------

------ Desculpem-me, mas é esta a minha opinião e tenho que a dizer. Recalco-me bastante por nunca ter tido um apoio para uma das melhores infra-estruturas que nós iríamos ter aqui. A incineradora resolvia o problema das infra-estruturas e dos acessos a Águeda. Também ficou adiado e, pelos vistos, adiado fica. ----------

------ Se vocês andarem pelo Pais vêm autoestradas e vias rápidas por todo o lado. Aqui nós não temos nada, demoramos uma hora para ir ao Hospital de Coimbra, para ir à Universidade ou para ir a outro serviço qualquer. Para Aveiro, se andamos mais rápido temos a Brigada ao nosso pé. São coisas que eu deixo no ar, porque as pessoas, às vezes, preocupam-se tanto e não se preocupam em saber a realidade das coisas e informarem-se como deve ser. ----------

------ Por último, queria falar que em Águeda se preocupam muito com a imagem, as

obras são a imagem. Preocupam-se com a imagem dizendo que fizeram esta e aquela obra. E o que nós temos? Arrancamos esta Praça, arrancamos a outra e voltamos a remodelá-la. ----------

------ Para finalizar, nós gastámos bastante dinheiro junto ao rio. No dia da última Assembleia o que é que vocês viam encostado ao rio? Via-se um jardim com erva enorme encostado ao rio. Então, nós andámos a gastar tanto dinheiro para ter um jardim com aquelas condições? Isto é gastar dinheiro por má gestão, e digo má gestão porque o Senhor Presidente sabe e não culpe os funcionários, porque tem uma equipa excelente de jardineiros. Agora, andamos nós a gastar o dinheiro para estar aquilo assim? Não fui só eu a registar. É assim que o Senhor Presidente faz, porque não tem tempo para isto. ----------

------ Aliás, eu recebi um e-mail com um ponto para a Assembleia às cinco horas da tarde, Mas que gestão é esta? Lá está o Senhor Presidente com as suas desculpas. Isto é lamentável, porque é sempre a culpa do outro.” ----------

------ **Casimiro Agnelo Oliveira Pinto – PS:** ----------

------ “A minha intervenção dirige-se ao Senhor Presidente da Câmara de Águeda, dado que tive conhecimento recentemente pela comunicação social, de que tinha sido assinada a escritura de venda de um lote no parque empresarial do Casarão com quase cem mil metros quadrados, para instalação de um futuro entreposto logístico da Empresa Alemã LIDL. ----------

------ A mesma notícia dava conhecimento que com este negócio a Autarquia recebeu cerca de um milhão e meio de euros, assim como que a construção do entreposto logístico do LIDL em Águeda, o qual irá abastecer as unidades comerciais do grupo na Região Centro, representa um investimento de vinte e cinco milhões de euros e que prevê a criação de cento e quarenta postos de trabalho diretos. ----------

------ Neste sentido, quero dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda, bem como a toda a equipa que esteve envolvida neste projeto, porque conseguiu dotar o Concelho de uma infraestrutura prioritária para o seu desenvolvimento - um Parque Empresarial que chega ao Concelho de Águeda, com pelo menos, duas décadas de atraso. ----------

------ Gostaria ainda de questionar o Senhor Presidente, dado que a informação que li, não fazia referência se já deu entrada o projeto de arquitetura do LIDL na Autarquia e para quando está previsto a arranque da obra? ----------

------ A título de curiosidade e porque estamos num momento de uma crise económica no País, tornando-se assim urgente a atração de investimentos para o Concelho, gostava que me informasse também e a todos nós, se já foram vendidos outros lotes.”

------ **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD**: ----------

------ "Gostava de dizer umas coisas sobre o Hospital, mas deixarei para o fim, porque eu penso que esta matéria é importante para ser tratada, pelo que mais para o final falaremos sobre isto. ----------

------ Queria fazer duas ou três questões ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

------ Sabemos que foi recentemente assinado o contrato para as obras na Pensão Santos, para o tal espaço multi-geracional, onde se vai criar mais uma Incubadora de Empresas. Eu não tenho nada contra, tenho tudo a favor. ----------

------ Acho que aquele espaço não foi comprado nesse sentido. Se bem me recordo, o argumento para a compra daquele espaço foi para instalar serviços centrais do Estado, porque nós não tínhamos nenhum espaço disponível para isso e o Senhor Presidente argumentou aqui que o tinha que ter, se não estava sempre a perder oportunidades. Pelos vistos, vamos continuar a perder oportunidades, por aquilo que eu estou a ver. ----------

------ Gostava de perguntar quantas empresas estão instaladas na Incubadora das antigas instalações da Escola Superior de Tecnologia. Como sabemos, na altura, essa incubadora tinha dez salas livres, uma empresa instalou-se lá e era para saber quantas mais empresas se instalaram lá depois disso. ----------

------ Eu acho que todas as iniciativas, com vista à instalação de empresas, neste momento, são fundamentais. Mas, é preciso também termos alguma gestão dos nossos recursos. ----------

------ A segunda questão, tem a ver com um anúncio que eu vi, penso que será na próxima semana que se irá fazer aqui uma demonstração na área da iluminação. Mas, sobre esta matéria eu tenho muitas dúvidas sobre o que se anda a passar em Águeda e vou explicar porquê. ----------

------ Nós temos assistido a vários cortes de iluminação em todo o Concelho, eu percebo que estes cortes têm a ver com poupança de energia, que é fundamental. Mas, não percebo quando, por exemplo, vamos à zona do rio, que é uma obra recente, e estão todas as lâmpadas ligadas durante muito tempo, quando podíamos intercalar com uma lâmpada ligada e uma lâmpada desligada, num processo de poupança, porque é uma obra nova e acredito que tenha essas condições. ----------

------ Por exemplo, passamos debaixo de um túnel que há em Águeda e temos as luzes apagadas. Ter as luzes apagadas debaixo de um viaduto ou de um túnel é um contrassenso total e não consigo perceber isto, porque estamos a falar de segurança.

------ Como não percebo este tipo de opções, não percebo porque é que umas ruas têm luz e outras não têm, o que eu gostava que o Senhor Presidente nos explicasse é

qual é a política que está a ser utilizada nestes cortes de iluminação em Águeda e no seu Concelho? É por horas? É por ruas? Afinal, qual é a norma que estamos a seguir? Que critérios e que objetivos, em termos quantitativos, temos para isto? É fundamental que nós expliquemos isto à população para a população perceber, porque estes cortes de energia têm a ver também com segurança, não tem só a ver com o facto de ser mais bonito ou menos bonito. Mas, quando nós às dez da noite não temos energia nas nossas ruas tem a ver com segurança das populações. ----------

------ Senhor Presidente, há bocado o meu colega José Oliveira falou na qualidade das obras e observei que quando ele estava a fazer a intervenção, que o Senhor Presidente não estaria muito de acordo com a intervenção dele. ----------

------ Penso que terá percebido o que ele queria. Ele não estava a falar na qualidade de execução, ele estava a falar na qualidade da obra, porque a qualidade de execução pode ter sido feita de acordo com o projeto. ----------

------ Mas, eu fui à Escola Fernando Caldeira e os materiais que revestem a Escola toda são de fraquíssima qualidade, estão a levantar numa série de sítios e não tem possibilidade nenhuma de, no futuro, aquilo ser resolvido, porque são feitos com resinas, que tem a ver com a qualidade de uma ou de outra. ----------

------ Penso que o meu colega quererá que se faça uma análise à qualidade do projeto na sua globalidade, não é da execução. Com certeza que a execução está a ser feita de acordo com o caderno de encargos, se não os técnicos da Câmara estariam atentos. Isto é no sentido de melhoramos o processo. ----------

------ Estou a recordar-me, Senhor Presidente, que há cerca de um ano fizemos uma rua que sobe o Ninho d'Aguia, alcatroámos aquela rua do princípio ao fim. Estamos a falar de uma zona que serve cerca de cento e vinte habitações, cerca de seiscentas pessoas e nem um passeio e nem uma valeta se pôs. Estamos a falar de uma zona que dá acesso a uma grande zona habitacional que, por acaso, é um condomínio fechado, onde o Senhor Presidente não gasta lá para a iluminação e passeios nada e ainda recebe bastante de IMI. No centro da cidade de Águeda nós temos que ter condições. A cidade não é só a baixa; já disse que há no centro da cidade estradas em terra batida. ----------

------ Senhor Presidente, há uma outra situação que eu gostava de ver aqui abordada, que é a questão das Juntas de freguesia. ----------

------ É importante que nós percebamos que, no âmbito da Assembleia Municipal, nós temos voz, mas fica por aí, não temos poder nenhum, se não vejamos. O Senhor Presidente cortou ao arrepio do seu Orçamento e de um Plano de Atividades aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal um conjunto de verbas para três Juntas de

Freguesia de Águeda, cometendo, do nosso ponto de vista, uma ilegalidade. Na prática, mas depois o Senhor contorna dizendo que não tem as verbas para dar. --------
------- Esta Assembleia Municipal aprovou uma recomendação ao Senhor Presidente, para repor essas verbas e reparemos que não estamos a falar de dinheiros que não tem, porque se não tiver não há nenhum mal neste processo, tem a ver com uma situação que foi aprovada em Câmara e em Assembleia Municipal, verbas para as pessoas e que todas as Juntas de Freguesia receberam menos aquelas três. O próprio Senhor Presidente assume que não o dá porque não quer. ----------
------ Mas, o Senhor não é o dono do dinheiro e o dono do Município. A Assembleia Municipal recomendou-lhe que desse essas verbas aos Senhores Presidentes de Junta. ----------
------ Mais, por impossibilidade de uma proposta ser aqui apresentada, foi feita uma recomendação, mas o PSD no Executivo apresentou uma proposta, que o Senhor Presidente voltou a chumbar, porque o Senhor não quer cumprir e não liga nada à Assembleia Municipal. Mas, tem que mudar, porque em democracia é isto. ----------
------ Há quem defenda que devemos de ir para Tribunal, eu acho que as questões da política não se revolvem nos Tribunais, Senhor Presidente. Enquanto eu tiver voz não me calarei sobre isto. Isto tem a ver com consciência e com democracia na cabeça de cada um. Senhor Presidente, não lhes estamos a pedir nada, porque não temos que lhe pedir nada, é uma questão de consciência e de sabermos estar no mundo da política. ----------
------ Até admito que os senhores Presidentes de Junta não se podem ter portado bem num momento ou noutro, mas isso não está em causa. São compromissos assumidos, não por si, mas por nós todos que representamos o Município. ----------
------ Para concluir, gostaria de falar sobre a situação do Hospital, por uma razão muito simples. Houve uma Comissão que saiu desta Assembleia, juntamente co o Senhor Presidente da Câmara, que foi a uma reunião com o Conselho de Administração do Hospital. O que há pouco tivemos aqui, foi a posição do CDS não foi a posição dessa Comissão. Eu acho que seria muito importante falamos sobre o que se passou na reunião da Comissão com o Hospital, porque aquilo que nós vimos, foi um comício aqui feito, que não tive oportunidade de assistir porque estava ausente de Águeda, com muita pena minha. ----------
------ Tivemos uma reunião muito importante, no hospital, do meu ponto de vista, não me surpreendeu o teor e a qualidade da reunião, porque já tínhamos tido, no âmbito do PSD, três reuniões antes já com este Conselho de Administração sobre esta matéria. Um conjunto de posições da Câmara, posteriores, que penso, que tinham

como intenção serenar os ânimos, depois de os ter levantado. Porque esta posição global da Câmara, não reflete a 100% o que lá se passou, mas também não é contrária ao que lá se passou. ----------

------ Presumo, e bem, que seja uma posição de pressão da Câmara junto do Centro Hospitalar, mas eu acho q nestas matérias temos q se objetivos. Portanto e sobre o CDS disse e a reunião que a Comissão, juntamente com o Senhor Presidente d a Câmara, teve como o Conselho de Administração, onde um representante do CDS também esteve, há algumas divergências. Por exemplo, uma das coisas que vêm para Águeda é a consulta de oftalmologia, que é importante, até já temos Gabinete de Oftalmologia, que não foi referido pelo CDS. A questão dos técnicos, Professor Martins, eu não fiquei com a sensação que os técnicos saíssem de Águeda. ----------

------ As conclusões da nossa reunião, foram lidas na presença do Dr. José Afonso e ele fez correções. Do meu ponto de vista, é que tivemos uma reunião no dia 13 de junho, já o disse ao Senhor Vice-presidente, que foi a pessoa que continuou com o processo, porque o Senhor Presidente teve que se ausentar, o que a Câmara deveria fazer, era marcar já uma reunião para o início de julho, porque temos que fazer um processo de acompanhamento não nos bastam as intenções. ----------

------ Porque se falaram de muitas intenções, mas na prática estamos como estávamos há um ano atrás ou há dois, ou há três, ou há quatro. Não mudou nada até hoje. Mas temos que acompanhar. O que eu quero dizer com isto, é que nos foi dito, que na realidade o laboratório não ia fechar, mas ia reduzir, como o Senhor disse e muito bem. Mas o que nos foi dito não foi que os técnicos saíam de Águeda e iam para Aveiro, o que nos foi dito, é que se mantinham naquele serviço de laboratório um número mais reduzido de técnicos e que dos restantes, dois se iriam reformar e os outros se manteriam no Hospital de Águeda, a fazer trabalho nos Centros de Saúde. --

------ Por isso eu digo, que não devemos andar com duas vozes, senão estaremos a criar condições para a cobra andar, e nós não devemos ter essa posição. ----------

------ Quando fala na questão das obras, porque é muito importante, o que se diz de uma maneira e o que se diz da outra. Quando o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar diz que o dinheiro é para o Centro Hospitalar, nós questionamos, mas em que aspeto? Grande parte deste dinheiro, dos dois milhões de euros, são para Águeda, não é uma parte, é grande parte. Isto foi lá frisado. Mais, vimos lá o esboço do projeto das obras. Vimos que o laboratório de análises, provavelmente sai daquele sítio. Por isso eu digo que nós temos que saber jogar com a informação que temos. ----------

------ Concretamente o que é que se passa? Aquilo que nós tivemos como garantias do

Hospital, é que, tudo o que se falava era prematuro. Portanto não havia tendência para fechar nenhum serviço, o Serviço de ambulatório não estava em estudo, é uma realidade para eles, nós questionamos isso especificamente. E não devemos deixa-los fugir daquilo que foram as conclusões deles. Porque é desta maneira se me permitem e não com manifestações que nós lá vamos. Só devemos ir para a rua quando as pessoas não estiveram a cumprir como o que prometeram. Até este momento nas reuniões que tive, não estou a dizer o Senhor Presidente, não tenho nenhum indicador em que não estejam a cumprir. Mas há uma coisa que acontece, eu tenho que os seguir de forma a garantir que aquilo vai continuar em condições. Portanto, foi-nos garantida a qualidade do serviço, a partir deste momento acho que os partidos, se a Câmara assim o entender, acompanhar este processo. Se verificarmos que não estão a ser cumpridas as promessas que nos foram feitas, então temos que intervir. Essas conclusões, o Senhor Vice-presidente têm-nas, qualquer um de nós as têm, penso que a qualquer momento a Câmara as irá publicar, para que todos saibamos do que estamos a falar. São quase iguais às do Professor Martins, mas com duas ou três pequenas diferenças. ----------

------ **António Manuel Fernandes Martins – CDS:** ----------

------ "Só queria dizer o seguinte, o CDS já tinha pedido há mais de duas semanas, salvo o erro, com o Presidente do Conselho de Administração. Ele aproveitou como, vinha a Águeda para falar com a Comissão, reunião também connosco. Achei que era uma deselegância desmarcar. ----------

------ Aquilo que era importante, era de facto trazer aqui essa informação. Por notámos que no texto que tinha sido redigido pelo Senhor Vice-presidente e pela Comissão da Assembleia, havia alguma ligeira discrepância e nós validamos a informação que há pouco apresentei. Mandamos o texto por mail, a pedir a confirmação se tinha sido ou não aquilo que falamos e recebemos a resposta dizendo que estava de acordo com o que tínhamos falado. Portanto, é óbvio que achamos contraproducente, que aja várias entidades, neste momento a tratar de um assunto com esta importância. Isto foi meramente um contributo para que estejamos de pé atrás, para que agora, em sede de Assembleia Municipal, com o Executivo este assunto seja tratado. ----------

------ Relembro de novo, Engenheiro Hilário Santos e Enfermeiro Jorge Almeida, que a Carta Hospitalar tem mais ou menos uma esponja por cima e que agora tanto quanto nos é dado saber as decisões vão ser feitas a nível da ARS e se assim for, meus Amigos, sabem perfeitamente, melhor do que eu qual é o caminho. Naquilo que pudermos ajudar ajudámos, mas efetivamente no nosso caminho termina agora, aqui."

------ **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:** ----------

------ “Em relação à intervenção do Professor António Martins, que são sempre boas intervenções, que admirei, só falta uma coisa. Pode-se ser um bom deputado, como é o caso, uma pessoa ponderada, mas a opinião é uma coisa essencial. Por acaso falou do Paulo Seara e da sua última intervenção, gostaria que ele aqui estivesse, para ver que as circunstancias e as situações fazem-nos falar e ter determinado tipo de atitudes, mas são direitos de opinião válido. O seu aconselhamento é ouvido, mas talvez não seja bem a nossa consciência ou a consciência da Assembleia. ----------
------ De qualquer maneira gostei de ouvir o Professor António Martins. Participei, como membro da Assembleia em representação do PS, na reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar e das conclusões dessa reunião, podemos dizer que houve seis compromissos assumido, alguns já aqui ditos pelo Eng. Hilário e pelo Professor António Martins. Há seis compromissos assumidos e há sete intenções.
------ Em relação aos compromissos assumidos, tenho só a dizer que foram compromissos assumidos pela Direção do Centro Hospitalar, tal como foi assumido que a maternidade Alfredo da Costa não encerraria, até que estivesse construído o Hospital de Todos os Santos e passaria em bloco para lá. Também foi um compromisso assumido a um nível superior, portanto a credibilidade é a mesma. Na primeira oportunidade que lhe digam para fazer isso, como excelente funcionário, fará.
------ Porque é que foi importante a Assembleia anterior? Porque o Hospital ia mesmo encerrar, nem sequer estavam, por exemplo a por as análises em causa. Como é que soubemos nessa reunião que estavam a ser em posta em causa as análises? Não sei se me lembro, mas o Engenheiro Hilário lembra-se, que o Presidente do Conselho de Administração mostrou-nos 3 desenhos que lá tinha, aliás quis esconder dois, virava as folhas nervosamente, até chegou a por as folhas atrás das costas, não percebo porquê. Eu estava a achar estranho porque é que ele nos mostrava apenas um desenho. ----------
------ No primeiro croqui das nos Urgências, desaparecia o laboratório de análises clínicas, o espaço desaparecia. A diferença foi que, entre a realização da Assembleia, e a nossa reunião, naquele dia às dez da manhã e o fim dessa reunião, as cedências e os compromissos foram constantes. E já estou de acordo com o CDS, quanto mais continuasse mais eles ofereciam. ----------
------ Até podemos saber, não sei se é má-língua ou não, porque é que há psiquiatria em Águeda. Certamente que um familiar de alguém precisava de umas consultas para completar horário, mas ainda bem para Águeda. Porque é que a nefrologia veio para Águeda? Porque certamente um familiar de alguém, precisa de umas consultas para ficar com o horário completo, também é assim, mas ainda bem para Águeda. ----------

------ Agora vamos há parte em que eu não acredito. Não acredito que quando uma pessoa mostra um desenho e esconde os outros dois, quando no primeiro desenho não havia nada, tinha sido tudo acabado, havia umas camas, desapareceu o espaço do laboratório, desapareceu gabinetes, desapareceu tudo. No último desenho, já havia outra vez um espaço de laboratório. Então porque é que havia três desenhos? É que se não houvesse Assembleia estava feito. ----------

------ Quanto a mim, há aqui outra falta de credibilidade na nossa reunião, que foi quando houve insistência sistemática do Senhor Presidente da Câmara, na solicitação de estudos, fundamentação da racionalização de cuidados médicos, ditos já pela tal Carta Hospitalar que pelos vistos o Professor Martins tem informações que poderá estar a ser revista e poderá ser uma boa oportunidade. Quando houve essa tal insistência, nunca foram apresentados. Mais, diziam que havia, mas nunca se disponibilizaram a mostrar. A certa altura diziam envergonhadamente, que claro que existem. E até mudaram de tática e começaram a acusar o senhor Presidente da Câmara, perguntando se na Câmara também havia. O Senhor Presidente respondeu, que na Câmara as contas estavam em dia e que podiam ser vistas. ----------

------ Só para verem que ao longo da conversa, foi mudando a atitude, foi mudando os compromissos e atingimos seis compromissos, mais ou menos. Depois há o compromisso das obras, aquilo não serve para nada diz o Senhor Engenheiro José Oliveira, o espaço é o mesmo, as obras custam dinheiro e a candidatura de dois milhões que havia para Águeda, que foi feita, claro que o dinheiro não vem para Águeda. No fim, logicamente, que se viu que é para o Centro Hospitalar e não é garantido que o seja. ----------

------ Tendo em atenção os serviços deste Governo, que hoje numa medida de reforço da natalidade, baixou o subsídio de maternidade. Em vez de receberem o que tinha direito, passam a ser tratadas como doentes, portanto só recebem oitenta por cento da verba que deviam receber. Foi uma grande medida para incentivar a natalidade, mas poderão reclamar e vir a receber o restante, se me janeiro apresentarem a reclamação e se lhe for concedido. Ou seja, a mãe daqui até janeiro, aguenta as despesas, porque teve um filho e está doente. ----------

------ Com esta sensibilidade social, com esta sensibilidade do que é uma sociedade, com estes compromissos assumidos todos os dias, até por acaso pioramos o défice. ----------

------ Voltando ao Hospital, voltando à proposta do CDS e à do Eng. Hilário, da necessidade de acompanhamento da situação, que acho bastante razoável, mas eu acredito que teremos que ir mais acima. O que revelou, é que se nós não tivéssemos lá ido, apresentava-se logo o primeiro parâmetro das dez da manhã. Eles foram

cedendo. O Senho Vice-Presidente disse e bem que o dinheiro da Câmara estará disponível, mas será para ser acrescentado ao do Governo, não para o substituir. E estaremos dispostos a colaborar, foi a posição já aqui assumida e assumida lá. Mas o que eles já contavam era que a Câmara pagasse as obras e se substituísse ao Governo. ----------

------ Não há garantia de uma única obra sequer. Só para dizer que, resultaram seis compromissos, de resto são simples intenções, como por exemplo ao nível da cirurgia e do ambulatório, falta definir quais e quando vão começar, ou seja falta definir tudo. Está a ser estudado a criação de algumas camas frias. Há possibilidade e criar um serviço de apoio domiciliário. Relativamente ao Hospital de Anadia, no espaço anteriormente ocupado pela Pediatria serão criados novos serviços, não sabemos quais, em relação ao dinheiro não sabemos o que é que temos. ----------

------ Para terminar, só queria dizer que a posição da Câmara deve ser ativa, com o apoio da Assembleia e dos partidos que a compõem, deve monitorizar o evoluir da situação e deve, quanto a mim, o PS apoiará a sugestão do CDS, de que provoque outro nível de debate, ao nível da ARS. Porque nenhum destes compromissos resiste a que alguém de cima diga: “Amanhã já não abre”. ----------

------ De imediato, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. **Gil Nadais Resende da Fonseca**, apresentou os esclarecimentos que entendeu necessários às questões apresentadas pelos Deputados Municipais, intervenção que se transcreve na íntegra: -

------ “Começava por uma questão genérica e que foi aqui mais badalada, que foi a questão do Hospital. Sinceramente já não gosto muito de reuniões. Tenho que fazer muitas, muitas. Então reuniões longas deixam-me um pouco desesperado porque são nas mais longas que se obtêm menos resultados. Mas eu fico espanto com o PSD, que já tinha feito 3 reuniões, com o Conselho de Administração do Hospital e quais eram os resultados? ----------

------ Vamos pôr as coisas claras, isto tudo foi feito, porque eu num dia peguei no telefone, ouvi um rumor que ia fechar o laboratório de análises clínicas e liguei para o Senhor Presidente do Conselho de Administração que me confirmou que ia fechar. Eu tentei demovê-lo e ele disse-me que era para fechar. A partir desse momento, aquilo que encetamos foi um movimento de pressão no sentido de ao Hospital de Águeda não ser cortado de um Serviço que nós consideramos fundamental, para o presente e para o futuro. Sem o laboratório de análises e sem a patologia clínica, o Hospital de Águeda seria mais tarde ou mais cedo um hospital de retaguarda. Acabavam os serviços e se nós queríamos provas disto, os Senhores é que as viram, que eu já lá nem estava, porque já tinha sido mandado fazer um desenho, onde não havia

laboratório de análises. Eu pelo menos não o vi, forma os senhores que lá estiveram, que ficaram durante toda a reunião, que o puderam ver. A intenção havia-a e aquilo que nós fizemos foi um subir de pressão para vermos atendidas as nossas revindicações, porque entendemos que eram justas. Felizmente foram atendidas. ---------- O Professor António Martins disse que eu fui precipitado na última Assembleia, acho que não. Considero que atuei bem e agora vem aqui dizer que nós devemos exercer pressões para que determinadas situações não aconteçam. Então não vamos deixar acontecer? Eu acho que o Professor António Martins tem razão, é só para mostrar que não podemos deixar que as coisas aconteçam, porque depois de elas acontecerem será muito difícil voltarmos atrás. ---------- Por isso, pelo povo de Águeda acho que foi tomada uma decisão adequada. Não só pelo de Águeda, porque se efetivamente as intenções fossem postas em prática o Hospital de Aveiro também não funcionaria. É isto que eu entendo. ---------- Quanto ao que disse o Senhor Engenheiro José Oliveira, pode dizer o que quiser. Há uma questão que é a realidade que vivemos, outra é aquilo que podemos dizer. E podemos dizer, obviamente aquilo que nos apraz e que nos dá gosto dizer. Relativamente à Escola Fernando Caldeira, após a construção, todos materiais que lá estão têm um período de garantia que em alguns casos vai de dois até dez anos. Tudo aquilo que lá está, ainda não foi sequer rececionado provisoriamente. Uma das exigências que temos é que sejam colocados materiais de qualidade, a grande maioria certificados, faz parte dos Cadernos de Encargos. A aplicação desses mesmos materiais, a qualidade que têm que ter, o desgaste a que são sujeitos, têm que estar preparados para isso. Portanto se neste momento não estiverem em condições o empreiteiro tem que os substituir todos. Já disse aqui nesta Assembleia, que o empreiteiro teve que recolocar, pisos, armários, etc., e vai ter que fazer a obra como deve ser. ---------- Não percebo qual é a estratégia dele, sabe que somos exigentes e continua a tentar passar com materiais de fraca qualidade. Pode tentar, está à vontade, mas não vai conseguir. Como disse já o obrigamos a arrancar materiais e iremos continuar a obrigar tantas vezes quantas forem necessárias. ---------- Quanto ao PDM, eu acho que efetivamente há uma grande ineficácia de quem governa. É uma brutalidade aprovar um PDM. Aquilo que fiz com os Serviços da Câmara foi, sempre que mandavam para um novo Departamento do Estado e foram uns a seguir aos outros e todos têm que dizer que está alguma coisa mal para ter o seu valor e justificar a sua existência, assim que era acusada a receção começávamos a telefonar para saber quando é que tínhamos uma resposta. Felizmente conseguimos

que o PDM fosse aprovado, só que haviam muitos problemas para serem resolvidos à espera do PDM. Tivemos um acréscimo anormal, até para a época em que vivemos, de processos. Por outro lado, tudo o que é investimento de empresas Líder ou não Líder, nós tentamos avaliar e dar uma resposta em 48 horas. Isto provoca alguma perturbação, mas também sabemos que as empresas necessitam de repostas rápidas e muitas vezes preterimos alguns processos de construção em detrimento de processos das empresas. Quero vos dizer por aquilo que me transmitiu o Senhor Vereador, estamos a avaliar projetos de Maio, já agora queria dizer também, que se a qualidade dos projetistas fosse melhor, daria muito menos trabalho aos técnicos da Câmara. Se houvesse mais rigor na apresentação dos projetos nós teríamos menos trabalho, porque analisar um projeto duas vezes, é a mesma coisa que analisar dois projetos, por isso facilitaria muito que não tentassem ultrapassar as regras e não tentassem aldrabar. ----------

------ Fiquei hoje esclarecido e penso que muitos outros também, que afinal tínhamos um incineradora e um hospital por trás. Não sei se mais alguém sabia disto, eu reconheço que fui apanhado de surpresa, não sabia que na chaminé da incineradora vinha um hospital. Não posso fazer nenhum comentário sobre esta situação a não ser que fui contra a incineradora. Fui a favor de um processo que é o tratamento mecânico e biológico que era para ser uma unidade só, e que lutei para que fosse no Conselho de Águeda, mas decidiram fazer dois destes equipamentos, um em Aveiro, outro em Coimbra. ----------

------ Muitas vezes fala-se daquilo que não se conhece. O Senhor Engenheiro José Oliveira é useiro e vezeiro nessa atitude. Falou da relva junto ao à margem rio. Efetivamente estava alta, mas a Câmara não gosta de pagar o mesmo serviço duas vezes e a manutenção daquele jardim, durante dois anos, está incluído na empreitada. Aquilo que nós temos que exigir, apesar de algumas vezes não cumprirem, é que o empreiteiro que fez a obra venha cortar a relva. Ele não veio cortar e deixou o espaço naquele estado que todos lastimamos e fizemos pressão para que viesse cortar e não queremos que se mantenha esta situação, obviamente. Mas não são os trabalhadores da Câmara que o devem fazer, porque se já paguei o serviço uma vez, não o devo pagar outra vez. ----------

------ A inclusão de um assunto, hoje na ordem de trabalhos, tem exclusivamente que ver, com uma lei que era para sair em dezembro que depois saiu em fevereiro. Trouxe aqui uma proposta para ser dada uma competência genérica ao Executivo, que não posso dizer que foi recusada porque fui eu que reiterei a proposta, saiu quinta-feira passada essa regulamentação. Não me deu muita margem de manobra para trazer

todos os documentos e tudo aquilo que deve acompanhar essa proposta. Eu achei que não devia convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária, para esse assunto. Por isso mesmo é que foi solicitado hoje a inclusão desse ponto na ordem de trabalhos. Já agora e por curiosidade, é a primeira vez que eu vejo uma lei, depois um decreto-lei para esclarecer sobre essa lei, que depois fala num manual para se interpretar a lei. Temos a burocracia à quinta casa. Nunca foi tão mau como é hoje. Já tive oportunidade de o dizer publicamente e inclusivamente de o escrever, que aquilo que vem nesse decreto-lei, e que é uma grande benesse para os executivos que não tem pagamento em atraso, o facto de não terem a obrigação legal de comunicarem a sua aplicação da lei dos compromissos é uma enorme fantochada. Porque se temos que aplicar a lei dos compromissos e num mês qualquer, por uma razão qualquer que não tem implicação nos pagamentos em atraso, mas que ultrapassamos, se tivermos uma inspeção, chega cá um inspetor e diz que não foi comunicado, mas que ultrapassou. Já o disse publicamente e já o escrevi, espero que seja publicado, que é uma benesse do Governo que eu não quero de forma alguma, isto não é nada, é a continuação da caça aos autarcas e os autarcas em geral são aqueles, que neste momento têm a melhor execução orçamental do país e dão algumas lições ao Governo. ----------

------ O Senhor Casimiro falou sobre o Lidl, colocou a questão sobre o projeto de arquitetura, relativamente a isso, nós temos uma informação prévia, só depois disso é que foi realizada a escritura. Estamos à espera que nos sejam entregues os projetos de execução. ----------

------ Ainda relativamente ao Hospital e às aplicações de verbas, futurologia podemos fazer à vontade, mas neste momento falar de verbas do QREN… Não sei se neste momento, alguém no país sabe, o que é que vai ser feito. Estivemos numa reunião na CCDR em Coimbra, em que nos disseram que as obras que estão em andamento, tudo bem, mas temos três escolas, das quais já mandamos os contratos assinados, e estamos a falar de escolas, uma prioridade. Nós neste momento, não sabemos o que vai acontecer em relação à recuperação dessas três escolas. Sobre os fundos comunitários, neste momento, ninguém diz nada com rigor. Não sabemos absolutamente nada. Posso-vos dizer que em Águeda, a situação estava perfeitamente clara para nós. Iria este pacote de escolas, a seguir iriam as três, quatro Escolas EB's, a seguir as pontes e o canal e a Câmara teria capacidade financeira para fazer o Centro de Artes. Era este o nosso programa de ação. Estava perfeitamente claro para nós, se outros cumprissem os seus compromissos. ----------

------ Voltando às questões do Senhor Casimiro, e a outros lotes do Parque

Empresarial. O Parque Empresarial estará pronto este ano, temos quatro ou cinco contratos de promessa compra e venda, mas só iremos abordar as empresas quando tivermos a infraestruturas concluídas, o que se prevê mais para o final deste ano. ---------- Relativamente à Pensão Santos, Serviços do Estado, efetivamente sim. Nós tínhamos para localizar em Águeda uma sede dos Agrupamentos de Centros de Saúde e aquilo que vai acontecer, é que deixam de haver três Agrupamentos, passam a haver só um Agrupamento de Centro de Saúde, não sabemos onde é que irá ficar essa sede, o mais natural é que seja em Aveiro, estão lá os serviços todos. Se tivermos oportunidade para o trazer para Águeda, com certeza que o traremos. Mas a Pensão Santos tem capacidade para muito mais que isso. O espaço daquele edifício é muito grande. Aquilo que estamos a equacionar, é que poderemos não ter necessidade de manter a Incubadora no antigo edifício da Escola Superior, que neste momento tem três ou quatro empresas. Não temos necessidade de continuar nesse edifício e suportar os custos de lá estar, uma vez que pagámos a Universidade para usufruir do espaço. ---------- Quanto à iluminação. Efetivamente no próximo dia 11 vamos, fazer uma conferência em conjunto com o *Lightning Living Lab*, onde vamos apresentar o projeto da margem norte e vamos também apresentar um PDM de iluminação pública para Águeda, que estamos a fazer em colaboração com o *Lightning Living Lab,* bem como um outro projeto que pretendemos implementar na Câmara de demonstrador de iluminação. ---------- Em Portugal há teores de iluminação pública, muito superiores a qualquer país da Europa e aquilo para que se aponta é a redução desses níveis de iluminação. O que estamos a fazer é uma ação de redução, para isso fazemos uma análise caso a caso de cada rua. Falando concretamente da margem norte, dado o sistema de gestão que temos, já podemos gerir de uma outra forma. Ou seja, não precisamos de apagar lâmpada sim, lâmpada não. Reduzimos a intensidade da iluminação. Não sei de cor os perfis, mas imaginemos que até à meia-noite está a 100%, da meia-noite às duas horas está a 75% e depois até às seis da manhã esta a 50%. São perfis de iluminação diferenciados que temos. É natural que vamos aperfeiçoar isto e por exemplo não me repugna que a partir da meia-noite ou uma da manhã, que se apaguem todas as luminárias que estão ao nível mais baixo, ou seja para o passeio. Equacionamos também essa possibilidade. Isto também acontece na Avenida 25 de Abril e aqui no Jardim do Hospital estamos a equacionar com os fabricantes qual a melhor metodologia para uma redução mais intensa. Ou seja a partir da meia-noite termos bastante menos luminosidade. ----------

------ Nos outros locais estamos a reduzir o número de luminárias. Começamos pelos nós das estradas. Aí optámos por lâmpada sim, lâmpada não. Genericamente nas estradas que não tem habitações ou com um número reduzido, mandei apagar lâmpada sim, lâmpada não. Fazemos isto caso a caso, rua a rua. Aquilo que nós prevemos, é conseguir incorporar o valor do IVA na redução, ou seja, menos vinte por cento na fatura. A fatura de iluminação pública é de cerca de um milhão de euros, se não tomássemos estas medidas, este ano a iluminação custar-nos-ia, um milhão e duzentos mil euros. Aquilo que nós queremos é manter a fatura num milhão de euros. ------ Sobre o túnel da Calouste Gulbenkian, sós estão algumas lâmpadas ligadas o problema é que já são um pouco antigas e cansam-se, desligam-se. Pode acontecer desligarem-se todas em simultâneo, mas vamos verificar essa situação. ----------
------ Relativamente à situação do passeio no Ninho d'Águia. Se colocarmos passeio, só podemos ter um sentido de trânsito. Não há possibilidades de manter dois sentidos de trânsito com passeios naquela rua. ----------
------ Quanto às Juntas de Freguesia e as recomendações que foram aqui feitas. Obviamente que foram recomendações e nós já aceitamos parcialmente. Já assinei hoje ou ontem a transferência de competências para a Junta de Freguesia de Óis da Ribeira. Há processos que são fáceis, há processos que são mais difíceis. O Senhor Engenheiro Hilário assistiu, numa reunião em que um Senhor Presidente de Junta, disse que nós que estamos aqui (Executivo), penso que a Dr.ª Jacinta não foi incluída, devíamos ser atirados escadas abaixo. O Senhor acha que isto é tratamento que se tenha? O problema disto é que nós temos de analisar as coisas e temos de pensar e racionalizar as atitudes e os comportamentos. Aceitamos as recomendações conforme entendemos que a devemos aceitar, não tem que ser automático para se repetirem aquilo que nós consideramos serem erros do passado. Eu não aceito este tipo de atitude. Não é perseguição, é saber estar em sociedade, é democracia. A Câmara gosta da colaboração com os Senhores Presidentes da Junta, aprecia e estimula-a." ----
------ De imediato o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra, para um pedido de esclarecimentos ao deputado **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** -
------ "Para esclarecimento e relativamente ao Hospital o PSD, teve três reuniões e o que foi dito na reunião com a Comissão, o Senhor Presidente da Câmara e o Conselho de Administração já nos tinha sido dito previamente. O que entendemos, é que independentemente de já nos terem dito isso antes ou não, é que temos de acompanhar. Também tenho que fazer aqui justiça no processo. É verdade que o Senhor Presidente da Câmara disse ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, que ele lhe tinha dito que o laboratório de análises era para fechar.

Mas também é verdade que ele lhe disse na reunião, que ele negou isso. E também é verdade que foi lida a Carta e que a Carta não diz que é para fechar, diz que é para centralizar. Mas vamos passar por cima disso. Do meu ponto de vista o que é importante para Águeda, é que se faça a reunião e que a Câmara e a Assembleia monitorizem todo o processo do Hospital, que é para isso que estamos aqui unidos. ---

------ Relativamente aos esclarecimentos relativamente à iluminação, eu acho que era importante que a população fosse esclarecida. Neste momento a população não sabe se as lâmpadas estão apagadas por poupança, ou se estão fundidas, ou se não estão a trabalhar. Se hoje temos comunicação, através da Internet, através do *site*, onde podemos pôr por localidade e por rua, o trabalho que estamos a fazer." ----------

------ De imediato, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. **Gil Nadais Resende da Fonseca**, apresentou os seguintes esclarecimentos, intervenção que se transcreve na íntegra: ----------

------ "Relativamente ao Hospital, eu confrontei o Presidente do Conselho de Administração com a Carta que diz centralizar em Aveiro, não havia serviço nenhum em Águeda. Aquilo que ele me disse é que era para fechar. ----------

------ Sobre as lâmpadas, a EDP coloca em cada poste um autocolante a avisar que foi desligada. Estamos neste momento também a fazer um levantamento de todas as luminárias do Concelho, onde ficarão assinaladas todas as que estão apagadas e as que devem estar acesas." ----------

---------- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

------ **3.1**. – **Apreciação da Informação Escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da Atividade Municipal, bem como da situação financeira do Município**; ----------

------ De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Águeda passou à apreciação da Informação Escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda, neste ponto foi feita a seguinte intervenção: ----------

------ **Joana Cristina Correia dos Santos – PSD**: ----------

------ "Venho apenas dizer que ultimamente eu não recebo a documentação da Assembleia a tempo. Apenas recebi ontem. Não tive tempo para analisar nada. Inclusivamente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara."----------

------ **3.2 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para representar a Assembleia Municipal no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses**; ----------

------ Neste ponto o **Grupo Municipal do PSD** apresentou a seguinte proposta: ---------

------ "De acordo com o ponto 3.2 da Ordem de Trabalhos da 3ª Sessão Ordinária da

Assembleia Municipal de Águeda, realizada a 29 de junho de 2012, no âmbito da eleição do Presidente de Junta de Freguesia para representar a Assembleia Municipal no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios, o Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia vem propor a eleição dos nomes abaixo designados: ----------
------- Delegado Efetivo – Carlos Alberto Carneiro Pereira ----------
------- Delegado Suplente – Vasco Miguel Rodrigues Oliveira.” ----------
------- Não havendo inscrições para intervir acerca desta proposta, o **Presidente da Mesa de Assembleia** colocou-a à votação por escrutínio secreto, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou por maioria com 30 votos a favor, uma abstenção e seis votos contra, aprovar a proposta apresentada pelo PSD, sendo designado eleito o Presidente da Junta de Valongo do Vouga, **Carlos Alberto Carneiro Pereira**, como representante da Assembleia Municipal de Águeda no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e no seu impedimento será substituído por Vasco **Miguel Rodrigues Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Belazaima do Chão, como suplente. ----------
------ **3.3 – Considerações sobre a aplicabilidade do Decreto-lei nº22/2012 de 30 de maio, no concelho de Águeda;** ----------
------ Neste ponto o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia prestou o seguinte esclarecimento, de acordo com a intervenção que se transcreve na íntegra: ----------
----- “Este Decreto-lei foi publicado no dia 30 de maio e tem um prazo de aplicação de sessenta dias, terminando o seu prazo no dia 28 de agosto. Este Decreto-lei não fala nem no Presidente da Junta, nem no Presidente da Câmara, nem no Presidente da Assembleia Municipal, mas refere obrigações da Assembleia de Freguesia, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Daí, como Presidente da Assembleia Municipal alertei e pedi aos serviços que divulgassem imediatamente a todos os Deputados e a todos os Presidentes de Junta de Freguesia este Decreto-Lei. Bem sei que não tinha competência para fazer mais do que isso, mas como Presidente deste Órgão não podia deixar ficar passar o tempo sem abrir uma janela onde os Senhores Deputados e os Senhores Presidentes da Junta pudessem ter uma opinião para dizer aos outros. Convidei para uma reunião, por iniciativa pessoal, os Lideres Parlamentares e os Senhores Presidentes da Junta Independentes, e volto a dizer convidei porque não tinha competência para convocar, porque o Decreto-Lei não dá essa competência. Convidei os Senhores Líderes Parlamentares e os Senhores Presidentes da Junta Independentes para auscultar a sensibilidade deles, sobre o tratamento deste assunto que outros já têm tratado, uns a favor, outros contra, com uma grande diversidade de opiniões. ----------

------ Também falei com o Senhor Presidente da Câmara para ver a sensibilidade dele e do resultado do convite que fiz, das conversas que tive, não tive dúvidas de abrir este ponto na Assembleia Municipal Ordinária que está a decorrer, para auscultar e ouvir a opinião, quer com objetivos partidários se assim entenderem, quer com objetivos das suas Freguesias se assim o entenderem, quer com objetivos estratégicos se assim o entenderem. ----------

------ Claro que o Decreto-lei fala de objetivos, o Decreto-lei fala de princípios, o Decreto-lei fala de enquadramento do Concelho de Águeda e enquadra-o no nível II. Depois, o Decreto-lei no artigo 11º tem um título que é a Pronúncia da Assembleia Municipal e este artigo que tem a ver com a Assembleia Municipal, vou lê-lo todo para que todos vejam aquilo que este Órgão vai ou pode vir a ter que fazer. Este Órgão não é o Presidente, nem o Secretário, nem o elemento, é este Órgão. ----------

------ Diz o Artigo 11º: ----------

------ *"Pronúncia da Assembleia Municipal.* ----------

------ ***1 –*** *A Assembleia Municipal delibera sobre a reorganização administrativa do território das Freguesias respeitando os parâmetros de agregação e considerando os princípios e as orientações estratégicas definidas na presente Lei sem prejuízo do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 6º e no artigo 7º.* ----------

------ ***2 –*** *Sempre que a Câmara Municipal não exerça a iniciativa para a deliberação prevista no número anterior, deve apresentar à Assembleia Municipal um parecer sobre a Reorganização do Território das Freguesias do respetivo Município.* ----------

------ ***3*** *– A deliberação a que se refere o nº 1 designa-se pronúncia da assembleia municipal.* ----------

----- ***4*** *– As assembleias de freguesia apresentam pareceres sobre a reorganização administrativa territorial autárquica, os quais, quando conformes com os principios e os parâmetros definidos na presente lei, devem ser ponderados pela assembleia municipal no quadro de preparação da sua pronúncia.* ----------

------ ***5*** *– A pronúncia da assembleia Municipal deve conter os seguintes elementos:* ---

------ ***a)*** *Identificação das freguesias consideradas como situadas em lugar urbano, nos termos e para efeitos da presente lei;* ----------

------ ***b)*** *Números de freguesias;* ----------

------- ***c)*** *Denominação das freguesias;* ----------

------- ***d)*** *Definição e delimitação dos limites territoriais de todas as freguesias;* ----------

------- ***e)*** *Determinação da localização das sedes das freguesias;* ----------

------- ***f)*** *Nota justificativa.* ----------

------ ***Artigo 12º*** ----------

------- ***Prazo*** ----------

------ *A pronúncia da assembleia deve ser entregue à Assembleia da República no prazo máximo de 90 dias a contar da entrada em vigor da presente lei, acompanhada quando emitidos, dos pereceres das assembleias de freguesia.* ----------

------ ***Artigo 13*** ----------

------ ***Unidade Técnica*** ----------

------ ***1 –*** *É criada a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, adiante designada por Unidade Técnica, que funciona junto da Assembleia da República;* ----------

---------- ***2 –*** *A Unidade Técnica é composta por:* ----------

---------- ***a)*** *Cinco Técnicos designados pela Assembleia a República, um dos quais é o presidente;* ----------

--------- ***b)*** *Um Técnico designado Pela Direção-Geral da Administração Local;* ----------

------ ***c****) Um Técnico designado pela Direção-Geral do Território;* ----------

------ ***d)*** *Cinco Técnicos designados pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), um por cada uma, sob parecer das respetivas comissões permanentes dos conselhos regionais;* ----------

------ ***e)*** *Dois representantes designados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses;* ----------

------ ***f)*** *Dois representantes designados pela Associação Nacional de Freguesias,* ------

------ *(...)"* ----------

------ Hoje, em reunião da Mesa da Assembleia Municipal, posso transmitir que é da disponibilidade da Mesa da Assembleia sujeitar e convocar uma Assembleia Municipal se for solicitada para que se faça a pronúncia desta Assembleia; em qualquer data, até ao dia vinte e oito de Agosto." ----------

------ Neste ponto da Ordem do Dia foram feitas as seguintes intervenções, que se transcrevem na íntegra: ----------

------ **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD**: ----------

------ "Eu ainda não venho fazer nenhuma intervenção. Peço-lhe apenas que me deixe fazer uma pequena nota, porque nós quando reunimos não nos vimos isso, mas o prazo de pronúncia não termina em agosto; o prazo de pronúncia termina no dia 14 ou 15 de outubro, porque as férias judiciais suspendem o prazo. Portanto, como temos férias judiciais entre 15 de julho e 31 de agosto, há 45 dias em que suspende. Basicamente a Assembleia Municipal tem que se pronunciar até 14 ou 15 de outubro. ----- Já agora deixo mais uma nota, a Unidade Técnica tem que se pronunciar que tem até 3 de novembro e no caso da Assembleia não se pronunciar ou se pronunciar em

desconformidade, depois se for a Unidade Técnica a pronunciar-se a Assembleia Municipal poderá voltar a pronunciar-se sobre a proposta da Unidade Técnica, em caso de antes não se ter pronunciado, até 23 de novembro.” ----------

------ **Manuel de Almeida Campos – Ind. – PJF de Espinhel:** ----------

------ “Eu só queria deixar aqui um pequeno alerta. Fomos informados pelo gabinete técnico, que nos dá apoio técnico e administrativo, a propósito da questão da Reorganização Administrativa. Isto tem a ver com as áreas administrativas, nomeadamente que estejam erradas. ----------

------- Há uns anos o Senhor Presidente da Câmara promoveu uma reunião com todos os Presidentes de Juntas por causa de corrigir os limites administrativos das várias Freguesias e praticamente chegou-se aqui a acordo. Só que isso nunca foi implementado e o gabinete técnico que dá apoio técnico e administrativo à Junta de Freguesia de Espinhei, alertou-nos que caso isso não seja resolvido atempadamente corre o risco de se perpetuar o que estiver errado. ----------

------ No nosso caso nós estamos a ser profundamente afetados e houve aqui concordância, nessa altura, com isso. Criou-se essa expetativa que se ia resolver. -----

------ Eu ainda há uns meses atrás mandei um ofício para a Câmara e a resposta foi mais ou menos “*nim*” e eu andei a perder tempo. Entretanto, esse gabinete técnico também me disse que as Freguesias que se sentirem lesadas com isso que poderão interpor uma providência cautelar ou impugnar o processo. ----------

------ Aproveito para deixar um considerando geral. Não devem pretender agregar Freguesias que não haja afinidades entre elas. Isso seria um erro muito grande, grave e perigoso.” ----------

------ **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** ----------

------ “Parece que ninguém quer falar sobre isto no Município. Isto parece que não é lei, parece que não existe, parece que toda a gente se está a tentar lavar as mãos disto. ----------

------ Eu acho que nós temos que começar a enfrentar os problemas de frente, não é fugir deles, ainda que isso nos custe. ----------

------ Como primeira questão para nós todos ficarmos a perceber. Neste momento isto é uma lei, está votada, a Unidade Ténica no Parlamento está constituída, a ANAFRE não indicou elementos, mas ela vai ser constituída. Portanto, sendo uma lei, quer nós gostemos ou não, vamos ter que a cumprir. Como é que ela pode ser invertida? Neste momento só através, dos Grupos Parlamentares, e para isso era preciso que esses quisessem suspender. Não se tem conhecimento disso. ----------

------ Portanto, nós aqui, em termos de Águeda, só temos dois caminhos. Ou

enterramos a cabeça dentro da areia e esperamos que venha alguém de Lisboa fazer o nosso trabalho ou fazemos nós, porque nós gostamos sempre muito de responsabilizar Lisboa por tudo e mais alguma coisa, mas quando chega também ao nosso momento "deixa-me estar caladinho porque isto mexe com votos, isto mexe com as nossas Juntas de Freguesias, mexe com os nossos acordos que aqui temos, com os nossos equilíbrios e vamos ver se vem alguém e toma a responsabilidade por nós para depois podermos dizer que não me fio neste, não me fio naquele, e não quero isto."----------

------- No caso concreto de Águeda o que é que nós temos? Já falei sobre os prazos. ----------

------- Primeiro ponto: relativamente à Proposta que nos é apresentada pelo Governo desde já, faço aqui uma declaração. Eu não vejo vantagens com o que nos é apresentado, em termos de Decreto-lei e em termos de regulamentação até, ao momento, nesta Proposta. Não consigo ver. ----------

------ Consigo perceber a intenção do Governo neste processo e concordo com a intenção do Governo de dar competências e mais poderes às Freguesias. Mas não consigo ver na Proposta, naquilo que hoje temos de prático para discutir nenhuma vantagem nesta Proposta, isto que fiquemos claros. Mas, vejo desvantagens se não tomarmos decisões. Se esperarmos que venha a Unidade Técnica tomar decisões por nós, vejo desvantagens para muitas das nossas Freguesias, porque vamos ser obrigados a unirmos, se calhar, com quem não queremos e, se calhar, com quem não temos afinidade. Eu não vejo vantagens, mas vejo desvantagens, se não tomarmos uma decisão, do meu ponto de vista. ----------

----- Segundo ponto: O que é que se apresenta basicamente para nós? Basicamente temos que reduzir de 20 Freguesias para 12 Freguesias. A proposta do Governo faz com que Águeda passe a ter 12 Freguesias, no mínimo. Se nos pronunciarmos de livre e espontânea vontade até ao dia 14 de outubro e com uma proposta que esteja enquadrada na lei, nós temos a possibilidade, de argumentando, ter um critério que lhes chama a flexibilidade, que é reduzir o número de Freguesias em 20%. Quer dizer que só teremos que reduzir 6 e não 8. A partir do momento em que a Unidade Técnica vem impor, são 8 e não 6. Está resolvido esse problema. ----------

------ Também existe uma outra questão que tem a ver com os lugares urbanos. O documento verde inicialmente falava das Freguesias Urbanas e neste momento não fala mais em Freguesias Urbanas, fala em lugares urbanos e são considerados 3 lugares urbanos no Concelhos de Águeda: Fermentelos, Águeda e Mourisca. ----------

------ Mas para redução são consideradas 5 Freguesias Urbanas, que eu vou explicar porquê. Mas, Senhor Presidente, peço-lhe, se for possível, que envie aos Membros da

Assembleia Municipal um estudo que a CIRA fez sobre esta matéria; era interessante para os Membros desta Assembleia terem o Estudo, que é muito importante, que a CIRA fez e penso que o Senhor Presidente o terá e o fará chegar a todos os Membros da Assembleia, porque é um Estudo muito interessante sobre esta matéria----------

------ Acontece que Fermentelos é um lugar urbano que está situado em duas Freguesias, na Freguesia de Fermentelos e um bocadinho na Freguesia de Espinhel que, segundo me dizem é Pateira. Estou a falar no Estudo que me dizem. ----------

------ O lugar urbano de Mourisca do Vouga, que está sediado na Freguesia da Trofa e também na Freguesia de Segadães, aí já com uma mancha maior.----------

------ O que é que acontece? Nós temos até ao dia 14 de outubro, se apresentamos uma proposta, podemos reclamar desses dois lugares urbanos para passarem a lugares não urbanos. Portanto, a Freguesia de Espinhel deixa de ser uma Freguesia Urbana e passa a ser uma Freguesia Rural e a de Segadães, talvez, não sei, consoante os argumentos que existam ou não. ----------

------ Sendo certo que estas contas que se fazem arredonda-se sempre pela regra matemática e fazendo as contas, nós reclamando ou não reclamando, se formos apresentar uma proposta até ao dia 14 de outubro, são sem sempre 6 Freguesias. -----

------ Basicamente, tudo o que nós temos é isto; de livre e espontânea vontade, Águeda perde - agrega 6 Freguesias. ----------

---- Acho que nesta matéria todos nós temos muitas opiniões e eu vou ser-vos sincero também sobre isto. Nós teremos que fazer isto porque nos é imposto. Não até por uma questão de importância ou não e é muito complicado no Concelho estarem alguns a serem sujeitos a uma imposição e outros não. ----------

------ Eu, pessoalmente e não PSD, numa situação deste tipo, eu preferia que fossemos todos obrigados a agregar e assim não havia a questão se agregamos ou não agregamos, havia a questão com quem nos devíamos ou não agregar. Era uma proposta mais equidistante, mais igualitária, porque estamos a fazer isto não por nenhum critério de gestão, é um critério que vem da Troika, podemos reclamar se é o PSD, se é o PS ou se é a Troika. Mas, neste momento, é Lei. Portanto, tinha muito mais impacto, em termos de Águeda, se as Freguesias conseguissem, excepto a situação de Fermentelos que não junta com ninguém a agregarem-se. Mas, reconheço que é muito difícil para as populações aceitarem isso. ----------

------ Vamos ao que importa neste processo. Como é que devemos fazer isto? Isto é uma matéria que ninguém quer começar a mexer nela, pelos motivos que eu disse, mas eu sei que há vários namoros entre responsáveis de Freguesias que começam a namorar entre si, a estudarem qual a melhor forma de o fazerem. Sei também que há

algum receio para avançar em termos públicos neste processo. ----------
----- Por isso, eu peço que nesta matéria tenhamos alguma responsabilidade política, porque é muito fácil inflamar uma população e depois nunca mais a controlamos. É muito fácil começarmos a dizer que é a, b ou c de outro Partido que quer fazer isto e depois nunca mais controlamos coisa nenhuma. ----------
------ O que é que eu sugiro como método? Eu acho que esta matéria, além de ser responsabilidade por Decreto-lei, do Município de apresentar uma proposta, porque o Executivo tem que dar sempre o seu parecer, ou apresenta uma proposta, ou tem que tomar uma posição. É obrigatório o Senhor Presidente dar o seu parecer e o seu parecer pode ser avançar com uma proposta ou simplesmente dizer que não fazemos proposta nenhuma. Tem que ser sempre feito um parecer por parte do Executivo. ------
------- Mas, eu acho que deve ser o Presidente da Câmara a liderar este processo e nós, responsáveis dos Grupos Parlamentares, a acompanhá-lo, a trabalhar com ele neste processo, porque como eu digo, isto mexe muito com as pessoas e é muito difícil nós conseguirmos explicar às pessoas o que é que isto tem de bom, mas o que nós conseguimos explicar às pessoas é o que isto pode fazer às Freguesias se elas não quiserem e vou dar o exemplo. Quando vier a Unidade Técnica vai agrupar por questões de número de habitantes e, se calhar, provavelmente, que é aquela questão das dimensões e, se calhar, claramente, podemos estar a cometer alguma situação de Freguesia e de populações que não se querem agregar, mas a terem que se agregar preferem agregar-se mais à direita do que à esquerda, até por uma questão de ligação que existe. Portanto, se calhar, nós podemos antecipar isso. Até porque se nós anteciparmos, pelo menos, salvaremos duas Freguesias, também é outra situação importante neste processo. ----------
------ Por isso, eu pedia ao Senhor Presidente que liderasse este processo e até apresentava uma proposta de trabalho, que é a seguinte. Eu acho que, neste momento, com o alongamento dos prazos nós poderemos deixar o mês de julho para que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia consigam trabalhar individualmente entre eles. ----------
------- Eu acho que nós devemos deixar a primeira fase do processo para os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e para as suas populações, onde basicamente falam entre eles, onde basicamente vêm a forma como pensam ser possível agrupar-se ou não se agrupar, não importa. ----------
------ Logo na primeira semana de setembro, aí sim, fazíamos uma reunião com todos os Presidentes de Junta de Freguesia. Eu acho que isto não deve ser já no âmbito da Assembleia Municipal, isto tem que ser com reuniões mais pequenas, não precisa de

ter esta característica da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal quando tiver uma proposta ou não proposta, cá estará para tomar uma posição. ----------

------ E aí se veria se há ou não condições de sair uma proposta de agregação, porque nós podemos decidir no Município se nenhum Presidente de Junta se quiser agregar, se a maioria tiver este sentimento, dizer-lhes que nós não vamos fazer nenhuma agregação, acabou, não é nossa proposta como fez a Mealhada e vamos sujeitarmo-nos ao que o Governo vier decidir e também é uma proposta, é a não pronúncia. Podemos, em conjunto, decidir não nos pronunciarmos e assumimos o risco de dizer que não fizemos nada, lavamos as mãos e alguém venha decidir por nós.----------

------ De certeza absoluta que é aquela que tem menos custos políticos para todos que estão aqui, porque ninguém é responsável por nada. Mas isto terá de depender de todos nós e principalmente das pessoas, dos Presidentes de Junta que estão mais próximos das suas populações. ----------

------- Senhor Presidente, logo no início de setembro, faça uma reunião com os Senhores Presidentes de Junta para saber se há condições para avançar ou se não há condições para avançar. Se há condições para avançar, então vamos trabalhar nelas, para tentar chegar ao final de setembro e conseguirmos provar uma proposta na Assembleia Municipal. Provavelmente, nem precisaremos de convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária, porque temos uma Assembleia Municipal no final de setembro. ----------

------ Logo no início de setembro chegámos à conclusão que não há condições para isso, que toda a gente se recusa a avançar com a agregação, que ninguém quer coisa nenhuma disto, que não queremos assumir o risco, tudo bem. A Assembleia Municipal decide-se pela não pronúncia. A Câmara Municipal, também tem que dar o seu parecer. O próprio Executivo terá que se reunir, porque segundo sei, esta matéria ainda não terá sido discutida no âmbito do Executivo mas, no entanto, isto não passa de uma mera proposta de trabalho. E com isto não estou a tentar entregar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o problema da questão. Mas, nós temos que perceber isto. No Município, o Senhor Presidente da Câmara, tem funções de máxima responsabilidade e nós teremos que estar ao seu lado nesta matéria e temos que estar conscientes das decisões que tomamos. Se decidirmos não tomar nenhuma posição, afirmamo-lo claramente sobre isto. ----------

------ Agora, não podemos deixar que seja a Assembleia Municipal sozinha a dirigir este processo. A Assembleia Municipal tem o poder de aprovar ou não aprovar. Tenho ainda algumas dúvidas se a Assembleia Municipal pode ou não apresentar alguma proposta, penso que pode. Mas, acho que esta proposta deve ser conjunta do

Executivo, da Assembleia, dos Senhores Presidentes de Junta. ----------
------ É o que nós entendemos, neste momento, e é o desafio que lanço aqui, porque eu acho que logo que começámos na discussão deste ponto, rigorosamente ninguém quer falar sobre isto, ninguém tem nada a dizer sobre isto, o que não é bom sinal.-------
------ Nós temos que enfrentar os problemas de frente, ainda que nós não gostemos deste problema, porque eu acho que ninguém está a gostar em Portugal. Mas se dizem que é uma imposição da Troika, que poderemos nós fazer? Já está em Lei e temos que a cumprir.” ----------
------ **José Manuel Gomes de Oliveira – PSD:** ----------
------ “Sobre este assunto e até porque estive doze anos numa Junta de Freguesia e sei mais ou menos como funciona uma Junta de Freguesia. Sei o que se podia fazer melhor se tivesse melhores condições para trabalhar e essas condições partem, por exemplo, por agregação de algumas Freguesias. Eu não tenho dúvidas sobre isto. Aquelas conversas que se ouvem com os Senhores Presidentes de Junta e com outras pessoas que falam e que já estão preocupadas em ficar com a sua Junta de Freguesia limitada. ----------
------ Eu não vejo nada disso assim. Para mim somos todos iguais aqui no Município. Acho que as pessoas estão a limitar muito o que querem e acho que estão muito fechadas. Esta é a minha opinião. ----------
------ Noto sim que isto é um assunto de muita responsabilidade e concordo com o Hilário Santos, portanto primeiro de tudo o Senhor Presidente da Câmara tem de assumir. Como é que se faz a gestão disto tudo? É um Presidente de Junta que vai reunir com os outros todos? O Senhor Presidente da Câmara é que tem aqui as condições todas para chamar as pessoas e começar a trabalhar nisto. O meu colega Hilário Santos já deu aqui um possível cenário de se fazer isso. Mas, eu acho que ele ao não intervir hoje, ele mostra que está um bocadinho para o lado disto. ----------
------ Por exemplo, eu ouço dizer assim: “Aguada de Baixo não se quer unir com ninguém”. Como eu trato dos assuntos à frente de todas as pessoas eu pergunto porque é que Aguada de Baixo não se pode unir a Aguada de Cima ou a Barrô? Qual é o problema? Não percebo porque é que ficam só as freguesias serranas? Querem juntar Agadão, Castanheira e Belazaima. Mas, porquê isso? Eu tenho uma ideia completamente diferente, inclusivamente, eu tenho o meu modelo e também gostava de ajudar e participar nisso. ----------
------ O que eu queria dizer com isto é que as pessoas não se deviam fechar, deviam discutir e quanto antes, porque nós vamos chegar a outubro e nada está feito. Esta é a minha opinião, porque já antes do final do ano se andou a discutir e a ouvir palestras,

que não deu em nada e agora continua e vamos andar nisto. ----------
------ Nós temos uma Comissão de Ambiente e Urbanismo, não vi aqui ninguém pedir um parecer sobre este assunto à referida Comissão. Se calhar, a Comissão não é indicada para este assunto. Mas, se calhar, a Comissão apresentava um relatório e uma ideia sobre isto. ----------
------ Estas são as coisas que eu tenho aqui a explanar e acho que é altura de nós começarmos a trabalhar nisto. Eu vou ser muito sincero, eu gostava que Aguada de Cima ficasse agregada a outra Freguesia, embora tenha condições para ficar sozinha.
------ Portanto, se eu fosse Presidente de Junta, de certeza que já tinha convocado as pessoas para se manifestarem sobre este assunto, porque isto já vem de trás. Agora, a Lei é recente, mas já se fala. Por isso, pergunto: até agora o que é que se fez?"-------
------ **António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP:** ----------
------ "Na sequência daquilo que aqui foi dito, eu só queria dizer ao Hilário que, de facto, o CDS não tem medo de enfrentar este problema. Aliás, nem este nem outros, mas este particularmente não tem, porque os problemas mais difíceis são, por vezes, os mais aliciantes de enfrentar. O que aqui está em causa é fundamentalmente uma coisa, é que a abordagem deste problema tem que ser feita com transparência, isenção, rigor, na perspetiva de que aquilo que se vai decidir não é as "capelinhas", mas aquilo que é melhor para as populações. ----------
------- Aquilo que vai ter que estar em equação na fusão de Freguesias vai ter que ser muito, fundamentalmente, avaliar um conjunto de potencialidades que cada uma pode ganhar, aliando-se à esquerda ou aliando-se à direita, trazendo daí benefícios claros para quem se vai unir e para quem vai juntar esforços. ----------
------ É óbvio que este problema é melindroso e é melindroso por causa das sensibilidades, por causa da análise mesquinha, muitas das vezes, de problemas que no fundo, não são problemas. São hipóteses e potencialidades que estão ali ao dispor para as pessoas lhes poderem deitar a mão, e se tiverem seriedade no tratamento delas poderem vir a lucrar todas com elas. É essa perspetiva que o CDS tem sobre o problema. Gostem as pessoas individualmente ou não, quando chegar a altura da decisão, vai ser sempre analisado pela verticalidade da análise e fundamentalmente pelas vantagens visíveis e claras que as Freguesias e, fundamentalmente, a população possam ter. ----------
------- Portanto, nós estamos a trabalhar nisso. Ainda não está na altura de aqui virmos falar sobre nada, porque até achamos que devemos, por uma questão de inteligência diluir algumas eventuais sensibilidades em demasia que existe sobre esta matéria. Agora, estamos disponíveis. Eu presumo que nos finais do mês de julho, teremos o

trabalho de casa feito. Não gostaríamos de nos sentar sem termos elementos à mão para discutir, para depois não estarmos todos a falar de cor. Penso que no final de julho teremos elementos para nos sentarmos e falarmos muito seriamente sobre este assunto, ao nível que quiserem, com a transparência que toda a gente puser em cima da mesa. ----------

------ Volto a repetir que o CDS não vai fazer "capelinha" com ninguém. Vai analisar um conjunto de rácios que tem a ver fundamentalmente com vantagens claras para o Município no seu global, porque como aqui foi afirmado, eu estou de acordo com o José Oliveira, eu também acho que Águeda tem Freguesias a mais. Eu acho que as pessoas e a população podem lucrar com um reajustamento setorial de Freguesias a vários níveis. ----------

------ Agora, temos é que ser sérios nesse princípio de análise, não podemos pôr interesses e vantagens específicas e próprias de cada Força Política em cima da mesa porque, de facto, não estamos cá para defender interesses políticos, estamos para defender o Município e espero que consigamos todos fazer isso. ----------

------- Neste tipo de negociação deveremos pôr em primeiro lugar o Município com as vantagens claras, que nós saibamos que vão resultar. ----------

------ O CDS compromete-se, até ao final de julho, a ter trabalho de casa pronto para nos podermos sentar a partir dessa data e começarmos a trabalhar."----------

------ **3.4 – Balanço de 2011 do Sistema de Gestão Integrado, para conhecimento**;

------ Neste ponto da Ordem do Dia o Senhor Presidente da Câmara Dr. **Gil Nadais Resende Fonseca**, prestou os esclarecimentos através da intervenção que se transcreve na íntegra: ----------

------ "Eu penso que o documento foi distribuído e que tiveram oportunidade de verificar e cada um tirar as suas ilações da atividade da Câmara. Portanto, não me parece bem, estar a dizer aqui que são muito positivas mas, de qualquer forma, estarei disponível para responder a alguma questão."----------

------ Não havendo inscrições neste ponto, considerou-se que a Assembleia tomou conhecimento. ----------

------ **3.5 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal do Código Regulamentar do Município de Águeda;** ----------

------ Neste ponto da Ordem do Dia foram feitas as seguintes intervenções, que se transcrevem na íntegra: ----------

------ **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** ----------

------ "O Grupo Municipal do PSD fez um pedido à Câmara na quarta-feira sobre esta matéria e a Câmara tentou fazer um esclarecimento qualquer, presumo que o que hoje

nos foi enviado, a mando do Senhor Vereador João Clemente, por alguém que não sei se é funcionário da Câmara ou se não é, porque recebemos um e-mail nesse processo. Não sei se pretendia ser uma resposta ao que nós perguntámos ou não. Mas, vamos clarificar. ----------

------ O que é que nós perguntamos? Nós temos um Código Regulamentar onde basicamente tenta juntar num único Código todos os documentos existentes ao nível do Município, obrigatório por Lei e muito bem. Já tínhamos aprovado um determinado esqueleto. ----------

------ A partir deste momento que aprovamos este Código Regulamentar, hoje, aqui todos os Regulamentos que lá estão, estão automaticamente aprovados e diz a proposta, em determinado momento, que foram feitas alterações pontuais e alterações significativas aos Regulamentos. Quando se faz uma coisa deste tipo normalmente costuma-se anotar alterações ao texto produzidas em todos os Regulamentos e em todos os Decretos-lei nesta matéria; para não termos que estar a ler 317 páginas do princípio ao fim e depois comparar com Regulamentos que havia *per si* para saber se foram alterados ou não ----------

------ Basicamente o que nós pedimos ao Senhor Presidente, foi que nos enviasse essa situação onde nós podíamos facilmente fazer esta comparação. O que nos foi enviado não foi isso, é uma espécie de uma súmula a dizer que "neste regulamento foi posto também isto". Mas não foi isto que nós perguntamos. Um regulamento tem que ser olhado ao nível da redação do texto e de um conjunto de situações e isso não conseguimos ter. Também neste Código Regulamentar falta-lhe um índice. Nós chegamos a um Código Regulamentar destes e queremos andar à procura exatamente de uma determinada situação, não sabemos e nem sequer se nos apresenta um índice. ----------

------ Senhor Presidente, este Código Regulamentar custou ao Município vinte e cinco mil euros, que terá sido um serviço contratado em avença ou por ajuste direto. Vinte e cinco mil euros foi a execução deste serviço que, pelos vistos, teve um prazo de execução de 500 dias. Eu já não vou ver quanto é que isto custou por página, que dá quase 80€ por página, mas não é essa a questão mais importante. É que para o valor que nós pagamos e a qualidade do trabalho que nós recebemos, acho que não está compatível. ----------

------- Eu acho que era muito importante, se quem fez isto tem experiência nesta matéria, deviam ter feito aquilo que nós lhe tínhamos pedido, porque de outra maneira eu tenho muita dificuldade de hoje, votar aqui um conjunto de Regulamentos que, pelos vistos, alguns foram alterados pontualmente, outros significativamente, sem

saber o quê, porque estamos a votar os Regulamentos todos do Município, a partir de hoje. ----------

------ É a minha interpretação, se estiver errado, que o Senhor Presidente depois me diga. Se estiver certo, também não vou votar contra isto, porque acredito na boa-fé do trabalho executado, acredito que o trabalho esteja correto, mas eu é que não tenho forma de o confirmar. Se estiver certo nas minhas convicções, abster-me-ei, se não estiver certo naquilo que disse, repensarei o meu voto." ----------

------ **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gil Nadais**: ----------

------ "O problema destas situações é que este Código Regulamentar esteve em discussão pública muito mais do que o tempo legal. Foi solicitado à Assembleia que se pronunciasse, não recebemos qualquer contributo e na véspera recebemos um e-mail a pedir esses esclarecimentos. Demos os esclarecimentos que foram possíveis, aliás, solicitámos à pessoa que o fez para ser mais rápida. Inclusivamente não seguimos as normas legais e regimentais aplicáveis, porque teria de ser pedido ao Senhor Presidente, o Senhor Presidente mandava para nós e então passaria o tempo útil. A Câmara teria dez dias para responder ao pedido e nós respondemos de imediato -------

------ Agora, obviamente, para um documento que esteve tanto tempo em discussão pública, que foi enviado para esta Assembleia e não recebeu qualquer contributo, para nós era um documento fechado. De qualquer forma as alterações que estão aqui são aquelas que foram indicadas nesse e-mail e que foram sintetizadas dessa forma." ------

------ **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** ----------

------ "Senhor Presidente, eu não gosto nada quando o Senhor Presidente começa com essas suas teorias. Mandou este Regulamento para a Assembleia quando? É que o Grupo Municipal do PSD não recebeu nenhum documento deste tipo. Recebemos agora e nós temos que tratar isto com seriedade."----------

------ **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gil Nadais**: ----------

------ "Se aconteceu isso, então, peço desculpa, mas é essa a informação que eu tenho. Não é a primeira vez que eu peço desculpa de determinadas informações. Peço desculpa se não a receberam. ----------

------ Uma das coisas que costumo fazer quando tenho a certeza, afirmo e não volto atrás na posição. ----------

------ A informação que eu tenho dos Serviços é que foi enviada há cerca de um mês, mas pode ter havido lapsos. Houve algumas situações burocráticas, um bocadinho complicadas, como penso que o Senhor terá conhecimento, poderá ter acontecido por aí, retiro o que disse." ----------

------ **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** ----------

------ "Em relação à questão da pronúncia e do documento aberto, quando foi apresentado o "esqueleto" do documento, também não é verdade que ninguém tinha dado contributos. Eu recordo-me e estive a ver a Ata da Assembleia Municipal para confirmar isso, acho que a Dr.ª Nair deixou um documento de nove páginas com um contributo sobre essa matéria. ----------

------ Entendo que enquanto o documento está em discussão pública, ele está em discussão pública para todas as entidades que não têm assento na Assembleia Municipal. Nós temos que esperar pelas conclusões da discussão pública e depois poderemos analisar. É para isso que serve a Assembleia Municipal também neste processo. ----------

------ Compreenderá com certeza, se o estamos a fazer, já lhe disse isso aqui, é porque penso que o Senhor está bem munido na área jurídica, sabe muito bem que estas matérias, quando se faz a alteração de um Regulamento, a parte que está a ser alterada é imediatamente realçada, porque estamos aqui a trabalhar com um conjunto situações, de taxas, de valores, que depois implicação nas pessoas. ----------

------ Eu estou a recordar-me, por exemplo, das pistas cicláveis, que inclusivamente estavam no Regulamento inicial e depois desapareciam e que ainda hoje não se sabe se podemos estacionar em cima das pistas cicláveis. Também, hoje continuamos sem saber o futuro das pistas cicláveis mas, mais para a frente, falaremos sobre este projeto. ----------

------- Agora, quando dizemos isto é porque não tivemos condições para analisar isto, e ninguém tem condições para analisar um documento de 400 páginas, das quais 317 é um Regulamento. ----------

------- Não nos cabe a nós, Membros da Assembleia Municipal, que não somos profissionais nesta matéria, analisar isto. Temos Serviços Jurídicos dentro da Câmara, o Senhor paga aos Serviços Jurídicos para fazer isso. O Senhor Presidente da Câmara pagou vinte e cinco mil euros. Quem o fez tem a obrigação de fazer esse serviço para nós." ----------

------**Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gil Nadais**: ----------

------ "O papel da Assembleia é pronunciar-se sobre o documento que vem aqui, não é fazer sugestões, porque para fazer sugestões e para essas serem aceites têm que fazer todo o Processo Legislativo de novo, ou seja, faz recomendação à Câmara, a Câmara aceita, chumba o documento, ou é retirado e volta para a Câmara. É isto que se processa. ----------

------- Os Senhores Membros da Assembleia são também cidadãos e não podem

esquecer essa sua posição concomitante a serem Membros desta Assembleia e como tal devem exercer a sua cidadania quando os documentos estão em discussão pública e nessa fase introduzir todas as alterações. ----------

------ Aquilo que o Senhor veio dizer sobre as pistas cicláveis e ainda bem que veio falar nas pistas cicláveis, é que houve uma discussão pública e dessa discussão pública o Executivo entendeu que deveria retirar determinadas coisas que submeteu à aprovação da Assembleia Municipal. Foi em resultado da discussão pública que foi corrigido o documento e é para isso que serve a discussão pública. ----------

------- A Assembleia Municipal pronunciasse sobre o documento, se não concordar vota contra, ou então propõe a sua retirada. Se a Câmara aceitar, retira-o e introduz ou não as sugestões. ----------

------ Que eu saiba é este procedimento legislativo que deve haver e que se executa. ----------

------ Sobre este Código Regulamentar, obviamente que foram ouvidas todas as entidades e posso-lhe dizer que foi enviado no dia 21 de maio para os e-mail's dos seguintes membros: Dr. Paulo Matos, José Vidal, Eunice Neto, Junta de Freguesia de Espinhel, Dr. Alberto Marques, Prof. António Martins, Junta de Freguesia de Aguada de Baixo, Eng. José Oliveira, Eng. Manuel Farias, Junta de Freguesia de Macieira de Alcoba, Carlos Guerra, também ao Senhor Eng. Celestino, a mim próprio, ao Senhor João Clemente e à divisão dos assuntos Juridicos. ----------

------ Foi o Código Regulamentar do Município de Águeda, Código Regulamentar e a Tabelas de Taxas e o Relatório de Taxas. Foram estes três documentos enviados. Penso eu que estes são os Líderes Parlamentares. Existiu aqui um lapso que é o caso do Engenheiro Hilário Santos, que é o Líder Parlamentar, no entanto, foi para pessoas da sua bancada. ----------

------- De qualquer forma, este documento esteve em discussão pública durante muito tempo." ----------.

------ **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** ----------

------ "Senhor Presidente, eu recordo-me bem quando isto foi discutido da questão das pistas cicláveis inclusivamente. E o que aqui ficou combinado não foi o que o Senhor Presidente disse. Foi exatamente isto: foi a partir dessa Assembleia Municipal que se criaram as Comissões na Assembleia Municipal, onde a Comissão criada de Ambiente e Urbanismo, presidida pelo José Oliveira, ficaria à espera da alteração do Regulamento que tinha a ver com os estacionamentos e com as pistas cicláveis, que seria mandada para lá, para ser lá estudada a aprovada. Foi isso que ficou aqui provado e foi a partir dessa Assembleia Municipal que isso aconteceu. ----------

------- Mais, eu percebo o que diz, mas lá voltamos ao mesmo ponto: se temos um

Regulamento deste tipo, se temos as Comissões pegamos e mandamos para as Comissões poderem pronunciar-se sobre essa matéria. ----------

----- Nós não pretendemos andar aqui a criar qualquer problema. Só estamos a dizer o seguinte, é-nos difícil analisar um Regulamento deste tipo, porque se eu perguntar ao Senhor Presidente também não sei se o analisou. Se lhe fizer três ou quatro perguntas sobre o Regulamento de Taxas você, se calhar, também não sabe, é evidente que é preciso muito tempo para analisar isto. ----------

------- O que pedimos foi que os Serviços Juridicos que fizeram este trabalho e o Senhor não pode dizer "que estavam cheios de trabalho" porque eram serviços contratados por ajuste direto, que fizessem um trabalho que permitisse na Assembleia Municipal, depois de compilar todo aquele conjunto de reclamação que houve, que no final disso tudo, fizessem o Regulamento e fizessem as anotações das alterações aos Regulamentos existentes, porque estamos aqui a aprovar taxas e Regulamentos novos. Tudo o que são Regulamentos do Município estamos aqui hoje a voltar a aprová-los e a partir do momento que os aprovamos aqui, é Lei." ----------

------ Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado a Assembleia deliberou, por Maioria, com 19 votos a favor e 17 Abstenções, aprovar a Proposta da Câmara Municipal do Código Regulamentar do Município de Águeda; ----------

------- **3.6 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal excecional para 6 lugares de Assistente Operacional**. **Proposta da Câmara Municipal do Código Regulamentar do Município de Águeda;** ----------

------ Neste ponto da Ordem do Dia foram feitas as seguintes intervenções, que se transcrevem na íntegra: ----------

------ **Marlene Domingues Gaio – PSD:** ----------

------ "A minha dúvida vai só no sentido de saber porque é que veio este assunto à Assembleia Municipal, já que das outras vezes não fomos consultados, porque é que somos desta vez?" ----------

----- **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gil Nadais**: ----------

------ "Eu peço desculpa mas a Assembleia é sempre consultada, porque vem sempre na provação do Plano e Orçamento, o Mapa de Pessoal e nesse Mapa de Pessoal estão lá as vagas a criar e as extinguir. Portanto, a Assembleia é sempre consultada. -

------ Não é possível contratar alguém, contrato individual a termo ou sem termo, sem prévia autorização e colocação do lugar no respetivo Mapa de Pessoal. ----------

------ Por isso, aquilo que se está aqui a fazer, neste momento, é uma alteração ao

Mapa de Pessoal com a criação de seis lugares, que são seis contratos a termo certo. ------ Portanto são seis pessoas, auxiliares de ação educativa que irão trabalhar nas escolas. ----------

----- **Marlene Domingues Gaio – PSD:** ----------

------ "Eu pergunto isto porque há um ano atrás e nomeadamente a 10 de agosto, no Diário da República foi publicado aquele procedimento concursal, que depois nós falámos em setembro, dos treze ou catorze licenciados. Portanto, como esse assunto não veio à Assembleia, daí a minha dúvida e a minha questão. Portanto, o que está a dizer não é verdade." ----------

------ **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gil Nadais**: ----------

------ "Peço desculpa, dei uma informação errada. Aliás, se não tivesse havido alteração legislativa, também não viriam cá. Fui agora informado eu vieram cá pela alteração legislativa, além de estarem criados no Mapa de Pessoal, tem de ir à autorização da Assembleia Municipal a abertura do concurso. ----------

------ Já estavam criados no Mapa, mas não podemos abrir o concurso sem vir à Assembleia Municipal. Foi a alteração Legislativa que existiu." ----------

------ Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado a Assembleia deliberou, por Maioria, com 26 votos a favor e 9 abstenções, aprovar a Proposta da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal excecional para 6 lugares de Assistente Operacional. Proposta da Câmara Municipal do Código Regulamentar do Município de Águeda; ----------

------ **3.7 Autorização Prévia para Assunção de compromissos plurianuais**: ---------

------ Neste ponto da Ordem do Dia foram feitas as seguintes intervenções, que se transcrevem na íntegra: ----------

------ **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gil Nadais**: ----------

------ "Nesta listagem talvez, seja mais extensa do que aquilo que diz a Lei, mas as indicações que dei aos serviços foi em caso de dúvidas mandar tudo para a Assembleia. ----------

----- Acho que temos aqui algumas situações que não têm valores e que algumas delas até me parecem um pouco ridículas. Eu acho que esta Lei é um pouco ridícula também. Por exemplo, uma das coisas, e é bom de o dizer, que isto acontece neste momento, porque no próximo Plano e Orçamento, estes compromissos plurianuais, estarão plasmados nesse Plano e Orçamento. ----------

------ Esta lei foi publicada em fevereiro e já existia o Plano e Orçamento e então tem de vir aqui estes compromissos plurianuais que como alguns deles, como vocês

podem ver, têm inclusivamente contratos para TPA's que não têm valor e alguns têm contratos de eletricidade, que também são plurianuais e que não têm valor, porque não nos é possível, à partida, determinar e resultam de contratação direta, que tem que ser feita e nos termos da Lei. ----------

------- Por isso, estão todos os compromissos plurianuais que a Câmara tem assumidos, tirando as obras que já estão aprovadas em forma individual no Plano e Orçamento. ----------

-------- Aquilo que eu vos posso dizer sobre isto, é que não existe qualquer risco por parte de V/ Ex.cias, porque a Câmara tem uma situação financeira, que pelo menos, até ao final deste ano, permite honrar todos esses compromissos que estão aí." ----------

------ **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** ----------

------ "Senhor Presidente, o Senhor disse bem, efetivamente foi publicada a documentação a 21 de junho. Portanto, Senhor Presidente teve muito pouco tempo para isto, porque desde o dia 21 até ao dia 28, são apenas 7 dias que o Senhor Presidente teve para analisar isto. No entanto, nós tivemos apenas desde as 17h20m, até as 21horas de tempo para analisar a documentação. ----------

------ Eu tenho algumas dúvidas que a sua proposta esteja bem feita, mas também não tenho certezas porque não tive tempo de analisar. ----------

------ Senhor Presidente, existem um conjunto de contratos que não têm valores, não tendo estes valores, e eu percebo que não os tenha lá, porque são contratos de dependem dos consumos e, neste momento, o Senhor Presidente não pode garantir os consumos. Existe alguma dificuldade sobre isso. ----------

------ Aquilo que eu me apercebi e posso estar errado, é que no artigo 8º, há uma regra relativamente a isso, que é "quando isso acontece sem prejuízo do disposto do número independentemente da duração do respetivo contrato, se o montante a pagar não poder ser determinado no momento da celebração do contrato, nomeadamente por depender dos consumos a efetuar pela entidade adjudicante", que são o caso do gás, da eletricidade, "a assunção de compromissos far-se-á pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis." ----------

------ Este período de determinação é de 3 meses, pelo que tem que ser estimado este valor. Chegando àquele topo, tem que levar a nova aprovação. ----------

------ O que é que está aqui em causa? Nós temos que cabimentar um conjunto de despesas, dentro de uma determinada receita. Como é que nós conseguimos cabimentar uma despesa que não é quantificada? Estou a falar do ponto de vista matemático e tenho muitas dúvida sobe isso. ----------

------ Como não tive oportunidade de consultar, ninguém sobre isto, e isto resulta daquilo que eu li à pressa na hora do jantar, eu vou-me abster, mas tenho a impressão que de isto não estará correto. ----------

------ Sobre os compromissos plurianuais, faço-lhe uma questão, porque também não sei. É claro que aqui no artigo 12º, define que efetivamente com os compromissos plurianuais são aprovados nas Grandes Opções do Plano. Mas também é definido que no momento de fazermos os tais contratos temos que fazer cabimentação informática. Não lhe vou perguntar hoje como é que isto funciona. Também não sei se o Senhor Presidente já sabe como isto vai funcionar. Tem 45 dias para adaptar o seu sistema informático, não sei se já está ou não adoptado. Mas, quando souber gostava que nos informasse, porque eu tenho alguma dúvida de perceber isto. ----------

------ A matéria que está nos seus contratos sem valores dá a impressão que aquilo não está bem, pelo que vou-me abster, porque não tenho elementos também específicos sobre esta matéria, a não que o Senhor Presidente me dê aqui outras novidades."----------

------ **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gil Nadais**: ----------

------ " Quando me chegou a listagem com esses mapas sem valores, obviamente que eu disse que não concordava com nada disso, não faz muito sentido. Mas, há uma estimativa desses valores. Se isso ainda podia ser este ano, no próximo ano eu não sei como é que isto vai ser, porque aquilo tem a ver com aquilo que eu disse à pouco sobre a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, que saiu um Decreto-lei e agora vai sair um manual de aplicação, que ainda ninguém conhece. Mas, entretanto, temos que fazer isto, porque as empresas informáticas também estão, neste momento, a preparar as suas versões, que também não sabem muito bem como é que vão calcular isto. ----------

------ Já tivemos alguma formação com pessoas que estiveram muito dentro deste processo da IGF, inclusivamente, que tem também muitas dúvidas como é que isto se vai operacionalizar. ----------

------ Aquilo que eu vos posso dizer, por exemplo, o facto de não ter valores, eu tive uma leitura dos serviços que não era necessário ter valores, que era só uma aprovação. Eu acho que era um cheque em branco, mas que tem que ser aprovado pela Assembleia e não diz que tem que ter valores ou não. ----------

------ A cabimentação é feita trimestralmente, há-de ser feita trimestralmente pelas verbas disponíveis. Quando entra uma fatura eu tenho de ter nos três meses seguintes, verbas para pagar essa mesma fatura. ----------

------ Esta Lei é muito aberrante. ----------

------ Eu tenho estes consumos, posso estimar, mas eu só tenho de fazer gestão a três meses. Eu tenho um compromisso de três milhões que começa a vencer e que me pode permitir, daqui por um ano, liquidarmos os disponíveis todos. ----------

------ O que esta Lei me exige é que eu faça, que venha aqui pedir uma autorização para fazer um compromisso plurianual e depois que gira a três meses, com algumas agravantes. ----------

------ Imaginem isto. Nos Fundos Comunitários aquilo que se passa, tirando um artificio que está aqui que vai servir para tudo em todos os lados, que é fazer antecipação de verbas, se não for por aí, por essa antecipação de verbas, eu tenho que ter a fatura paga e validada e só depois disso é que posso considerar como fundo disponível. Isto pode atingir montantes na Câmara de vários milhões de euros. Mas, essa antecipação de fundos é um artifício que vai dar cabo desta Lei toda. No caso da Câmara de Águeda eu penso que não é necessário. ----------

------ Aquilo que se passa é que, eu penso que nós não temos dificuldade em cumprir esta Lei dos compromissos, isto se os compromissos que estão assinados com o Governo se mantiverem. Estamos nesta base de confiança. Se me disserem que todas as nossas obras que nós temos a decorrer neste momento, que me vão anular os concursos, como andou aí uma vez no ar, não há dinheiro que chegue. Sejamos claros, são muitos milhões de euros. ----------

------ Agora, mantendo-se os compromissos que estão assumidos pelo Estado, não temos problemas em fazer cumprir esta Lei.“ ----------

------ **Manuel Augusto de Almeida Farias – PS**: ----------

------ “Só para informar que me vou retirar no momento desta votação, não é propriamente uma decisão que vincule uma decisão, ela já está tomada. Mas, como representante de um signatário, beneficiário de um destes pagamentos, eu vou retirar-me da votação.” ----------

------ Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou, por Maioria, com 26 votos a favor, 11 abstenções, aprovar a Proposta da Câmara Municipal sobre autorização Prévia para Assunção de compromissos plurianuais. ----------

---------- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

------ De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Águeda passou ao Período de Intervenção do Público, informando que a Mesa, para o efeito, não tinha recebido qualquer inscrição para intervir. ----------

------ Uma vez esgotados os pontos da Ordem do Dia, a Secretária da Mesa procedeu

à leitura da Minuta da Ata desta Sessão, que posta a votação pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi aprovada, por Unanimidade. ---------- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu os trabalhos por encerrados, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constatar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa. ----------

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: